



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL (SG)
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA (CENSIPAM)
DIRETORIA TÉCNICA (DITEC)
COORDENAÇÃO-GERAL DE SENSORES E INOVAÇÃO (CGSIN)

TERMO DE REFERÊNCIA

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME 1/2019.

Foram observados os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP (art. 8º, §2, da IN SGD/ME nº 1/2019º) com eventuais acréscimos sem a perda do seu conteúdo original.

Modelo de documento: De acordo com o modelo disponibilizado no site do Governo Digital <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/4-termo-de-referencia-ouprojeto-basico-v2-0.odt>

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preço para aquisição de Modem Externo, Antena Direcional, Antena GPS, distribuídos conforme tabela a seguir. Sendo 33 (trinta e três) para atender as localidades prevista no planejamento da Coordenação Geral de Sensores e Inovação - CGSIN requerido nos documentos constantes do ID 3984720 e do ID 4014080, e 7 (sete) unidades sobressalentes para manutenções em caso de emergência.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

2.1. BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕEM A SOLUÇÃO

Tabela 1 — Solução de Transmissão para Estações Meteorológicas de Superfície

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTDE TOTAL
ÚNICO	1	Modem Externo	474911	Und.	40
	2	Antena Direcional	604305	Und.	40
	3	Antena GPS	604239	Und.	40

2.1.1. Todos os códigos CATMAT aqui destacados encontram-se registrados e ativos no Catálogo de Materiais, conforme endereço: <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca> (6672634).

2.1.2. Os itens do objeto não encontram-se relacionados nas soluções de TIC ofertadas pelo catálogo de Soluções de TIC do Governo digital.

2.2. Especificações Técnicas

2.2.1. Destaca-se que o Apêndice I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS do Termo de Referência contém toda as especificações e característica técnica necessárias para atender a solução pretendida.

2.3. Bens/Serviços de Natureza Comum

2.3.1. O objeto da licitação tem a natureza de bem de qualidade comum de Tecnologia da Informação, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais do mercado.

2.3.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, na forma do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Em 2019 o Censipam iniciou um processo para a modernização da infraestrutura de comunicação satelital com o propósito de promover de forma qualitativa os produtos desenvolvidos pelas áreas Técnica, e de produtos afim de alavancar as metas previstas no plano estratégico da instituição.

3.2. Neste cenário faz-se necessário contextualizar os pontos negativos quanto aos recursos tecnológicos utilizados e o porque do desenvolvimento de atividades para a modernização da tecnologia instalada. O sistema de comunicação satelital do Censipam — fabricante Gilat, modelo SkyEdge II — era composto por duas estações “master” terrenas (HUB's). A principal estava localizada no Centro de Coordenação-Geral — CCG, em Brasília, e a outra no Centro Regional de Manaus — CR-MN. Esse sistema utilizava o satélite geoestacionário Star One C1, na posição 65°W da órbita geoestacionária, e opera em banda “C”.

3.3. O funcionamento geral desse sistema satelital se fundamentava em três componentes básicos: satélite para transmissão dos dados; terminais VSATs — Very Small Aperture Terminal; e sistema de comunicação satelital terrestre, o qual é composto de HUB, Parábolas, Terminais de Usuários Remotos Fixos e demais componentes.

3.4. Acrescente-se que esse sistema estava em operação há cerca de 9 anos. Essa solução, em virtude da obsolescência natural de sistemas de tecnologia, carecia de investimentos significativos para sua modernização e para a continuidade de utilização efetiva. Acrescenta-se que a estimativas iniciais apontavam para um investimento financeiro não inferior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para a modernização da solução.

3.5. Considerando o montante orçamentário requerido que giravam entorno de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) anuais para manter a tecnologia instalada, a Diretoria Técnica iniciou tratativas por meio de reuniões periódicas com as unidades regionais, para promoção de uma ampla discussão sobre alternativas ao sistema que estava instalado.

3.6. Nesse sentido, criou-se um grupo de trabalho no qual esteve envolvida a área de Telecomunicações do Censipam a fim de discutir soluções para a eventual substituição do sistema de comunicação satelital mantido pelo órgão.

3.7. Como resultado, produziu-se o Relatório 10-SETEL/CGTIC/DITEC/CENSIPAM (ID SEI 1780293), que sugeriu a desmobilização da infraestrutura frente a necessidade de aporte, demonstrando a viabilidade da segregação dos serviços oferecidos pelo sistema de comunicação satelital do Censipam e, para cada categoria de serviços, sugeriu-se a adoção de soluções que são apresentadas na Tabela 2, em especial a solução de conectividade GOES.

Tabela 2 — Soluções Sugeridas pelo Grupo de Trabalho.

#	Categoria dos Serviços	Solução	Tipo de Solução
1	Serviço de conectividade IP (Internet/VOIP).	Conectividade GESAC.	Celebração de Acordo via descentralização de créditos.
2	Serviço de telemetria dos sensores (EMS).	Conectividade GOES.	Compra de Equipamentos.
3	Serviço de conectividade para os radares meteorológicos.	Conectividade MPLS ou Solução de Alta disponibilidade com links satelital redundantes.	Contratação de Serviço.
4	Serviço de conectividade para as missões institucionais e (ou) inteligência.	Conectividade via satélite com a utilização de VSATs transportáveis.	Contratação de Serviço.

3.8. No tocante à solução de telemetria para atender aos sensores da EMS, o referido grupo de trabalho sugeriu a utilização do sistema de comunicação GOES, o qual é composto por um conjunto de satélites operados pelo National Environmental Satellite, Data, and Information Service - NESDIS — NOAA, instituição esta governamental que faz parte do Departamento de Informações Serviços, Comércio dos Estados Unidos da América, que é responsável pelo suporte de diversos serviços, como a previsão do tempo, rastreamento de tempestades severas, pesquisas meteorológicas e dentre outros contidos em seu catálogo de serviços.

3.9. Atualmente a telemetria das EMS é realizada por meio de VSATs do programa Gesac. A modernização da comunicação de transmissão dos dados utilizada pelas estações meteorológicas é necessária em virtude da tecnologia utilizada pelo satélite SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa Estratégicas). Essa telemetria (Antena GESAC) utilizada pela EMS podem comprometer o envio de dados em razão de situações climáticas, como por exemplo a alta densidade de nuvens, comum na região amazônica. Além disso, o acordo de níveis de serviço do programa Gesac não atende satisfatoriamente à disponibilidade da transmissão de dados, em caso de falhas de equipamentos. Considerando o conteúdo contido no Relatório 10-SETEL/CGTIC/DITEC/CENSIPAM (ID SEI 1780293) elaborado pelo grupo de trabalho, foi executada a desmobilização da infraestrutura de comunicação outrora implantada (Hub, Terminais Remotos e Sensores).

3.10. Considerando o conteúdo presente no ETP, conclui-se que essa contratação é essencial para consecução dos serviços prestados pelo Censipam.

3.11. **ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAIS – (IN. 01/2019, ART. 15, INCISO I)**

3.11.1. A contratação está em consonância com os documentos estratégicos elencados no art. 6º da IN SGD/ME nº 1/2019.

3.11.2. As necessidades de negócio descritas no item 4.1 deste TR nortearão os requisitos tecnológicos, modelo de execução e de gestão da contratação.

Tabela 3 - Alinhamento ao PDTIC Vigente

ALINHAMENTO AO PDTIC VIGENTE - PERÍODO - 2020 à 2023			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTI associada
14	Manter infraestrutura e conectividade do parque de Sensores ambientais Manter infraestrutura e conectividade do parque de Sensores ambientais, Suporte, Manutenção, gerenciamento e Logística para missão ao parque de sensores e antenas dos sistemas de recepção de dados ambientais (NOAA, TeraScan, RDR, Radares Meteorológicos, GOES, HF-DF, EMS)	10.3.	Índice de disponibilidade do parque tecnológico em campo.

Tabela 4 - Planejamento Estratégico do Censipam - 2020-2024

Objetivos Estratégicos	OE2 - Aprimorar os produtos e serviços existentes.
Ação estratégica	2PE7 - Aprimorar a conectividade em locais de interesse do Censipam.
Iniciativas estratégicas	A1 Aperfeiçoar as soluções de conectividade em 50% do parque de sensores.

Tabela 5 - Alinhamento ao PTA 2023

ALINHAMENTO AO PTA - 2023	
Item	Descrição
212/23	Modem Externo, antenas, e seus acessórios para transmissão via satélite GOES, com vista a atender a comunicação das Estações Meteorológicas de Superfície - EMS

Tabela 6 - Alinhamento ao PGC 2023

ALINHAMENTO AO PGC - 2023	
Item	Descrição
558/22	Equipamento Comunicação - SATÉLITE

3.11.3. O Censipam ainda não instituiu a sua Política de Governança Digital motivo pelo qual não foi indicado o alinhamento da contratação a referida política.

3.11.4. Como o objeto pretendido não trata de oferta digital de serviços públicos, não há a necessidade de integração à Plataforma de Cidadania Digital, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016.

3.12. **ESTIMATIVA DA DEMANDA**

3.12.1. O atual parque de sensores de EMS do Censipam é composto por equipamentos incorporados oriundos da extinta Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia CCSIVAM, totalizando 39 unidades, em acordo com o constante no processo nº 00012.001361/2006-38. Deste quantitativo, apenas 14 estações possuem capacidade de operação, já considerando a recente substituição de 04 (quatro) destas estações, adquiridas por meio do Processo nº 60091.000398/2016-18. Em relação às EMS restantes, estas se enquadram no disposto nos incisos III e IV do Art. 3º do Decreto nº 9.373/2018, sendo necessária a sua disposição final ambientalmente adequada e a devida baixa administrativa, conforme reza o referido Decreto. Os quantitativos de estações recentes adquiridas pelo processo Processos nº 60091.000398/2016-18 e 60091.000189/2018-28 somam um total de 19 (dezenove), sendo que desse total 13 (treze) referem-se as novas instalações e 06 (seis) substituições que totalizam 33 estações no parque do Censipam, conforme planejamento da Coordenação Geral de Sensores e Inovação - CGSIN - ID 3984720 e ID 4014080.

3.12.2. Partindo das considerações expostas, a referida demanda tem como estimativa o estudo técnico preliminar que tem como escopo a aquisição de 40 (quarenta) Modem Externo, 40 (quarenta) Antena Direcional, 40 (Quarenta) Antena GPS, distribuídos entre os Centros Regionais, com vista atender a

comunicação de telemetria das unidades EMS conforme os quantitativos em destaque na Tabela 7, e deverão ser entregues nos Centro Regionais - atendendo os requisitos previsto no item 6.12. LOCAIS DE ENTREGA.

Tabela 7 - Quantidade estimada por localidade

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	CCG	CR-PV	CR-MN	CR-BE	QTDE TOTAL
ÚNICO	1	Modem Externo GOES	474911	Und.	03	09	15	13	40
	2	Antena Direcional GOES	604305	Und.	03	09	15	13	40
	3	Antena GPS GOES	604239	Und.	03	09	15	13	40

3.12.3. A definição dos quantitativos acima refere-se ao planejamento estimado de aquisições do Censipam, não caracterizando em momento algum o comprometimento deste com a obrigatoriedade da aquisição dos quantitativos descritos acima junto a eventual CONTRATADA. Na Tabela 8, são listados os locais previstos para instalação da solução que tem um total de 33 unidades e mais 7 (sete) unidades que serão adquiridas de cada item como sobressalentes totalizando 40 unidades de cada itens.

Tabela 8 - Locais previstos para instalação da solução

Estação/Local		UF
1	CARACARAÍ	RR
2	MANAUS	AM
3	SANTA ISABEL RIO NEGRO	AM
4	SÃO BENTO	MA
5	TERRA ALTA	PA
6	BRASÍLIA	DF
7	FORMOSA	GO
8	PORTO VELHO	RO
9	BELÉM	PA
10	SÃO JOÃO DA BALIZA	RR
11	SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	AM
12	CEREJEIRAS	RO
13	BONFIM	RR
14	AUARIS	RR
15	IPIRANGA	AM
16	ESTIRAO DO EQUADOR	AM
17	CRUZEIRO DO SUL	AM
18	DOM ELISEU	PA
19	COSTA MARQUES	RO
20	PACARAIMA	RR
21	PARQUE DO MIRADOR	MA
22	GUAJARÁ MIRIM	RO
23	SÃO MIGUEL DO PARÁ	PA
24	TIRIOS	PA
25	VILA BITENCOURT	AM
26	PARAUPEBAS	PA
27	SURUCUCU	RR
28	CACHIMBO	PA
29	SANTA ROSA DO PURUS	AC
30	TARAUACÁ	AC
31	BRASILÉIA	AC
32	PALMEIRAS DO JAVARI	AM
33	YAUARETE	AM

3.13. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC – (IN.01/2019, ART. 12, §2º, INCISO I)

3.13.1. Orientação do Tribunal de Contas da União, no sentido de que a formação de grupos (lotes) deve ser precedida de forte justificativa:

“9.3.1. a opção de se licitar por itens agrupados deve estar acompanhada de justificativa, devidamente fundamentada, da vantagem da escolha, em atenção aos artigos 3º, § 1º, I, 15, IV e 23, §§ 1º e 2º, todos da Lei 8.666/1993;

(...)

9.3.4. a pesquisa de mercado, prevista no art. 7º, do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, deverá se conformar às características do objeto a ser licitado, possíveis de impactar no preço pesquisado, a exemplo das quantidades a serem adquiridas, do agrupamento de produtos e do critério de regionalização dos lotes, definidos no Pregão SRP 96/2012;”4

(grifou-se)

“29. A jurisprudência desta Casa, consubstanciada na Súmula TCU 247, é pacífica no sentido de determinar a órgãos e entidades a adjudicação por itens específicos e não por lotes, compostos de diversos produtos ou serviços a serem adjudicados a um único fornecedor:

(...)”

3.13.2. Em que pese a recomendação do Tribunal de Conta da União, o objeto aqui pretendido forma um conjunto indissociável que permitirá a implementação da telemetria para as Estações Meteorológicas de Superfície que estão instaladas nas localidades conforme Tabela 8. Isto posto, para a transmissão dos dados gerados por este conjunto, faz-se necessário a aquisição de equipamento tipo modem satelital externo com característica para suporte ao padrão NESDIS HDR V2.0, acompanhado de Cabos RS-232/RS-485, Antena GPS, com velocidade de 100 - 1200 BPS e Antena YAGI.

3.13.3. Em razão das especificidades da solução a ser contratada, assim como o alto grau de acoplamento entre os itens que compõem a solução, é requerido que todos os itens sejam de um mesmo fornecedor, motivo pelo qual os itens foram agrupados em lote único, este agrupamento é aconselhado dado o fato dos itens pretendido compor uma única solução, e esta é composta por diversos componentes eletrônico altamente integrados. Ademais para facilitar o processo de manutenção, tendo como referência a garantia da qualidade do serviço, faz-se necessário o agrupamento em um único grupo uma vez que a falha de um deles pode comprometer a transmissão dos dados gerados pela Estação Meteorológica.

- 3.13.4. Desse modo, é necessário que todos os equipamentos que compõem a solução sejam de um mesmo fornecedor, com vistas a evitar conflitos técnicos de compatibilidade e/ou configuração, permitindo sua perfeita integração e funcionamento de todos os componentes que compõem a solução.
- 3.13.5. Além disso, a adjudicação do objeto desta contratação à empresas distintas, além de aumentar seu custo administrativo, abre margem para que as empresas deixem de garantir o Contrato, alegando que a falha de um componente sob sua responsabilidade foi causada por falha de equipamento sob responsabilidade de outra contratada. No caso da adjudicação dos itens que compõem o objeto pretendido à empresas distintas, além do aumento do custo administrativo na gestão dos Contratos, é alta a margem do risco de que alguma das empresas deixem de garantir o Contrato, em função de eventuais ocorrências de falha de um componente sob sua responsabilidade causada por falha de equipamento sob responsabilidade de outra contratada. A apuração deste tipo de ocorrência é extremamente complexa, o que levaria a uma situação onde a administração poderia vir a não conseguir determinar o causador efetivo da falha para se determinar a devida correção e sanção a serem aplicadas em especial na questão de a quem aplicar e, mais ainda, no tempo decorrido entre a identificação, investigação, sanção e a efetiva correção do problema.
- 3.13.6. De modo a impedir que esse cenário se torne realidade, é fundamental que os itens que compõem o objeto desta contratação, sejam adjudicados a uma única licitante.
- 3.13.7. O próprio TCU já teve a oportunidade de se manifestar no sentido de que a licitação por lote único seria mais eficiente para a Administração, conforme descrito no Acórdão nº 3.140/2006 que diz:
- ... "Cabe considerar, porém, que o modelo para a contratação parcelada adotado nesse parecer utilizou uma excessiva pulverização dos serviços. Para cada um de cinco prédios, previram-se vários contratos (ar condicionado, instalações elétricas e eletrônicas, instalações hidrossanitárias, civil). Esta exagerada divisão de objeto pode maximizar a influência de fatores que contribuem para tornar mais dispendiosa a contratação(...) embora as estimativas numéricas não mostrem consistência, não há nos autos nenhuma evidência no sentido oposto, de que o parcelamento seria mais vantajoso para a Administração. Ao contrário, os indícios são coincidentes em considerar a licitação global mais econômica" - (Acórdão nº 3140/2006 do TCU). ...
- 3.13.8. Outro fator a ser levado em consideração, é a otimização dos recursos necessários à gerência dos Contratos e o foco na melhoria e ampliação do ambiente computacional, visto que a Diretoria Técnica (DITEC) tem uma equipe reduzida, e é importante aperfeiçoar o gerenciamento dos seus Contratos tendo sempre como estratégia os riscos causados por um planejamento inadequado.
- 3.13.9. Portanto, conforme descrito, dividir o objeto ocasionará prejuízos técnicos e econômicos.
- 3.14. **RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS**

Tabela 9 - Benefícios e Resultados

ID	Benefícios/Resultados	Eficácia/ Eficiência/ Efetividade/ Economicidade
1	Ampliar a oferta e aprimorar os serviços públicos para a Amazônia Legal por meio da transformação digital	Eficácia
2	Disponibilizar bases de dados de governo para subsidiar a avaliação de políticas públicas para a Amazônia Legal e a melhoria de serviços públicos pelos diferentes órgãos da Administração Pública Federal	Efetividade
3	Ampliar os serviços digitais prestados à sociedade pelo Censipam	Eficiência
4	Promover a inovação	Eficácia
5	Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos para a Amazônia Legal	Eficácia
6	Compartilhar e integrar infraestruturas, dados, processos, sistemas e serviços públicos para a Amazônia Legal	Eficiência

4. **ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - (IN.01/2019, ART.16)**
- 4.1. **NEGÓCIO**
- 4.1.1. **REQUISITOS DE NEGÓCIO (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “A”)**
- 4.1.1.1. Contratação de solução para atender a atual infraestrutura da rede de Estações Meteorológica de Superfície - EMS do Censipam objetivando a modernização da tecnologia para prover conectividade adequada para a telemetria dos dados processados pelas EMS.
- 4.1.1.2. Assegurar a continuidade dos serviços prestados pela área operacional do Censipam, no tocante aos alertas meteorológicos.
- 4.1.1.3. Os equipamentos devem ser fornecidos nos Centros Regionais designados.
- 4.1.2. **REQUISITOS LEGAIS (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “C”)**
- 4.1.2.1. Lei nº 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- 4.1.2.2. Instrução Normativa SLTI nº 73/2020 – Dispõe sobre procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
- 4.1.2.3. Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019 - dispõe sobre plano anual de contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o sistema de planejamento e gerenciamento de contratações.
- 4.1.2.4. Instrução Normativa SEGES nº 40/2020 que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;
- 4.1.2.5. Lei nº 13.709/2018 e suas alterações – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- 4.1.2.6. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTI 2020-2023 - Censipam.
- 4.1.2.7. Plano de Trabalho Anual - PTA, de 2023.
- 4.1.3. **REQUISITOS DE MANUTENÇÃO (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “D”)**
- 4.1.3.1. Cada OFBS conterà a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.
- 4.1.3.2. A manutenção deverá ser sob demanda, mediante abertura de chamados técnicos em garantia.
- 4.1.4. **REQUISITOS TEMPORAIS - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “E”)**
- 4.1.4.1. Os equipamentos deverão ser todos fornecidos em até 60 dias corridos da data de emissão da OFBS (**ORDEM DE FORNECIMENTO DOS PRODUTOS SOLICITADOS**), nas instalações do Centro de Coordenação Geral em Brasília, e demais Centro Regionais, vide tabela a seguir:

Tabela 10 - Endereço de entrega dos equipamentos

Unidade	Endereço	Cidade	UF
Centro de Coordenação Geral - CCG	SPO, Área 5, quadra 3, bloco K, CEP: 70610-200.	Brasília	DF
Centro Regional de Manaus - MN	Avenida do Turismo, 1350, Tarumã, CEP: 69041 – 010.	Manaus	AM
Centro Regional de Belém - BE	Avenida Júlio Cesar, 7060, Bairro: Val-de-Cães, CEP: 66617-420.	Belém	PA
Centro Regional de Porto Velho - PV	Av. Lauro Sodré, 6500 Aeroporto, CEP: 76803-260.	Porto Velho	RO

- 4.1.4.2. A CONTRATADA terá um prazo máximo de 30 dias úteis para execução de eventuais adequações/substituições dos bens entregues, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.
- 4.1.5. **REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE- (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “F”)**
- 4.1.5.1. A CONTRATADA deverá assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo.
- 4.1.5.2. Quanto aos processos de segurança a pretensa fornecedora deverá seguir as conformidade contidas nas leis, normas e diretrizes vigentes no âmbito da Administração Pública Federal, relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações (SIC); em especial atenção à Lei de Geral de Proteção de Dados nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, ao Decreto Federal nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, à Instrução Normativa GSI/PR nº 01, de 13 de junho de 2008 (e suas normas complementares) e à POSIN-MD (<https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/posin-md-2022.pdf>/view atualizada em 29/11/2022 10h22).
- 4.1.6. **REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “G”)**
- 4.1.6.1. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:
- Na parte externa da embalagem deverá conter a descrição de que o material utilizado na sua composição é reciclável, quando aplicável;
 - A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição.
 - Conforme Decerto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, a comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação em segurança para o usuário e instalações, compatibilidade eletromagnética e consumo de energia;
 - Só será admitida a oferta que cumpra os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética através do mecanismo de certificação voluntária, atendendo aos requisitos normativos, visando à diminuição de acidentes, o aumento da qualidade e diminuição do consumo de energia dos produto, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO;
 - Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 4.2. **Tecnológicos**
- 4.2.1. **REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “A”)**
- 4.2.1.1. Conforme especificações contidas no APÊNDICE I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.
- 4.2.2. **REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “B”)**
- 4.2.2.1. Deve ser observado os requisitos contidos nas especificações que se encontram no APÊNDICE I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
- 4.2.3. **REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “C”)**
- 4.2.3.1. Não se aplica.
- 4.2.4. **REQUISITOS DE GARANTIA E MANUTENÇÃO (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “D”)**
- 4.2.4.1. A assistência técnica em garantia deverá ser prestada em horário comercial, de segunda a sexta das 8h às 17h.
- 4.2.4.2. A garantia do conjunto de equipamentos e seus componentes acessórios devem ser asseguradas por um período de 60 (sessenta) meses.
- 4.2.5. **REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “F”)**
- 4.2.5.1. Não se aplica.
- 4.2.6. **REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “G”)**
- 4.2.6.1. Não se aplica
- 4.2.7. **REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “H”)**
- 4.2.7.1. Não se aplica.
- 4.2.8. **REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “I”)**
- 4.2.8.1. Não será permitida a divulgação, sob nenhuma hipótese, de qualquer documento, modo de operação, informações sobre as áreas de aquisição, confidencial ou não, sem prévia permissão do CENSIPAM;
- 4.2.8.2. Para tanto, quando da assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá firmar Termo de Ciência e Compromisso.
- 4.2.9. **OUTROS REQUISITOS APLICÁVEIS - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “J”)**
- 4.2.10. Não se aplica.
5. **RESPONSABILIDADES**
- 5.1. **DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE - (IN. 01/2019, ART. 17, INCISO I, ALÍNEA “A” – “H”)**
- a) Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos;
 - b) Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
 - c) Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
 - d) Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
 - e) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;
 - f) Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
 - g) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

- h) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução de manutenção em garantia, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- i) Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Instrumento;
- j) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- k) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do Contrato;
- l) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- m) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- n) Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e, posterior, recebimento definitivo.
- o) Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo Art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- p) Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos;
- q) O Censipam deverá realizar o cadastramento junto à NOAA, para obtenção dos IDs e suas respectivas janelas de transmissão.

5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA - (IN01/2019, ART. 17, INCISO II, ALÍNEA “A” – “H”)

- a) Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;
- b) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- c) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE ;
- d) Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do Contrato pela CONTRATANTE , cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- e) Manter, durante toda a execução do Contrato, as mesmas condições da habilitação;
- f) Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do Contrato; e
- g) Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), quando aplicável.
- h) Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE; e
- i) Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do Contrato em questão.
- j) Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- k) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade.

5.3. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - (IN.01/2019, ART. 17, INCISO III)

- a) Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- b) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- c) Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes contendo:
- d) as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
- e) definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável.
- f) Não será admitida a adesão tardia à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO - (IN SGD/ME 01/2019, ART. 18)

6.1. ROTINAS DE EXECUÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 18, INCISO I)

6.1.1. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a reunião inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do fornecimento dos bens, conforme tabela 1. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD-ME nº 01/2019.

6.2. REALIZAÇÃO DA REUNIÃO INICIAL - (IN. 01/2019, ART. 31, INCISO I - III)

6.2.1. Em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato deverá se dar a realização de reunião inicial que poderá ocorrer por videoconferência a ser registrada em ata, convocada pelo gestor do contrato com a participação dos fiscais técnico, requisitante e administrativo do contrato, da CONTRATADA e dos demais interessados por ele identificados, cuja a pauta observará, pelo menos:

- Presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu preposto;
- Solicitação de cadastro do preposto, quando couber, para o Sistema Eletrônico de Informações - SEI se encontra no APÊNDICE IV - MODELO DO FORMULÁRIO DE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SUPER.GOV.BR
- Entrega do Contrato assinado eletronicamente pelas partes no Sistema de Gestão Eletrônico de Documentos do CONTRATANTE;
- Entrega do Modelo do Termo de Compromisso de Manutenção do Sigilo e do Termo de Ciência conforme modelo constante no APÊNDICE V - conforme Art. 18, inciso V da IN 01/2019 - SGD/ME, no Sistema de Gestão Eletrônico de Documentos do CONTRATANTE;
- Entrega do plano referente a entrega dos equipamentos nas localidades;
- Entrega de documentos do CONTRATANTE referente a documentação de apresentação do preposto da empresa, contendo no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.
- Entrega do documento constando os nomes e identificação dos colaboradores da empresa que irão participar do desenvolvimento das atividades de prova de conceito;
- Entrega por meio do Sistema de Gestão Eletrônico de Documentos do CONTRATANTE, de declaração de oferta de bens de informática e/ou automação que:
 - o sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
 - o não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs); e

- na parte externa da embalagem contenham a descrição de que o material utilizado na sua composição é reciclável.
- fornecimento à CONTRATADA de cópia da POSIC do MD;
- esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do Contrato;

6.2.2. O plano de entrega da solução na localidade definida neste Termo de Referência deverá ser avaliado pelo Gestor do Contrato em até 02 (dois) dias úteis e, em caso de discordância, deve ser devolvido a CONTRATADA junto com as alterações demandadas, para que a CONTRATADA realize as devidas alterações em até 10 (dez) dias úteis.

6.2.3. Para atender a prova de conceito a fornecedora vencedora do pleito deverá adotar as seguintes ações:

- Definir data e hora para a execução da prova de conceito.
- Entrega da documentação da qualificação técnica dos técnicos que desenvolverá a prova de conceito.
- Acessos serão providenciados pelo Censipam aos técnicos que irá desenvolver a prova de conceito.
- Vídeos e/ou documentação a ser utilizado para auxiliar nas atividades de prova de conceito deve ser encaminhado antecipadamente.
- Disponibilizar um conjunto da solução pretendida composta de Modem, Antena Direcional, Antena GPS e acessórios.
- Instalação e configuração dos equipamentos visando atendimento da prova de conceito.
- No caso de rejeição das atividades pela contratante, a contratada terá 5 (cinco) dias úteis para reapresentação ao Gestor do Contrato das correções que se fizerem necessárias.

6.3. **DESCRIÇÃO DOS EVENTOS DO PERÍODO DE AMBIENTAÇÃO, QUANDO HOUVER**

6.3.1. Não se aplica.

6.4. **PROCEDIMENTOS PARA ENCAMINHAMENTO E CONTROLE DE SOLICITAÇÕES**

6.4.1. A CONTRATADA deverá manter registro da solução ofertada e de toda a execução do objeto, que poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo Censipam.

6.4.2. O controle e encaminhamento de solicitações à CONTRATADA dar-se-ão por meio de OFBS (Ordem de Fornecimento de Bens), encaminhadas juntamente com ofício devidamente assinado pelo Responsável da Área Requisitante da contratação.

6.4.3. A fiscalização do Contrato nomeado pelo Censipam manterá registro de todas as ocorrências referentes à solução ofertada.

6.5. **FORMA DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO**

6.5.1. A execução do Contrato, nos termos do § 1º do art. 67 e art. 73, ambos da Lei nº 8.666/93, será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pelo Órgão mediante portaria, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, e atestará a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) apresentadas para fins de pagamento.

6.5.2. Para o acompanhamento e fiscalização do Contrato serão utilizadas as disposições contidas na IN. SGD nº 01/2019 e suas alterações.

6.5.3. Caberá a Equipe de Fiscalização Contratual, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

6.5.4. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato por qualquer irregularidade verificada, inclusive resultante de imperfeições técnicas ou de qualidade inferior. A fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

6.5.5. A Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte o objeto contratado, sem ônus para o Órgão, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas em Termo de Referência e seus anexos, bem como em Contrato e na proposta comercial.

6.5.6. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos bens materiais e a manutenção em garantia, sendo ao CONTRATANTE reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim.

6.5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

6.6. **PRAZOS, HORÁRIOS DE FORNECIMENTO DE BENS - (IN 01/2019, ART 18, INCISO I, ALÍNEA “A”)**

6.6.1. Todos os equipamentos, acessórios e componentes constantes da solução (Tabela 1) e suas quantidades, devem ser entregues em até 60 dias corridos da data de emissão da OFBS, conforme endereço constante da seção **6.12 - LOCAIS DE ENTREGA**, devendo ser entregues com toda a documentação técnica exigida conforme especificação técnica.

6.6.2. A apuração de eventuais atrasos na entrega estará sujeita a penalidades especificadas na seção 7.4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO - (IN. 01/2019. ART. 19, INCISO III e IV), que deverá ser registrada em relatório a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

6.6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis pela equipe de fiscalização do Contrato, tendo como orientação o disposto no item 7.2 - PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, e para efeito de verificação de conformidade deve-se utilizar a documentação contida no APÊNDICE X - MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

6.6.4. Após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, a equipe de acompanhamento e fiscalização do Contrato realizará as atividades pertinentes à verificação da conformidade dos bens com as especificações constantes neste instrumento, visando a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, observando o disposto no item 6.6.10.

6.6.5. Os servidores designados deverão fazer constar no processo de aquisição, todos os relatórios contendo os apontamentos e recomendações elaborados assim como quaisquer outras documentações relacionadas as suas atividades no processo de recebimento dos equipamentos e componentes constantes da solução.

6.6.6. No prazo de até 30 dias corridos a contar da data de comunicação do Gestor do Contrato, a CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o equipamento constantes da solução em que ainda se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua avaliação quando do recebimento dos bens, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento definitivo até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas no relatório de avaliação.

6.6.7. A participação dos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato não afasta a necessidade da fiscalização da equipe de recebimento a ser nomeada pela Núcleo de Patrimônio - NUPAT - Censipam, para o recebimento dos equipamentos.

6.6.8. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 60 dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade de todo o material recebido, conforme *APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS*, e consequente aceitação mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo conforme *APÊNDICE XI - MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO*.

6.6.9. Na hipótese negativa da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6.10. A CONTRATADA deverá apresentar o CERTIFICADO DE GARANTIA dos equipamentos constantes da solução, como condição para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.6.11. Não restando nenhuma desavença, o Fiscal Técnico e o Fiscal Administrativo, emitirão o Termo de Recebimento Definitivo dos equipamentos em até 15 dias úteis, e o Gestor do Contrato irá solicitar a CONTRATADA a emissão da Nota Fiscal/Fatura para posterior pagamento em até um 10 (dez) dias corrido da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.7. **DO RECEBIMENTO DOS BENS**

- 6.7.1. A equipe indicada para gestão do Contrato realizará as atividades pertinentes ao recebimento dos equipamentos e seus acessórios.
- 6.7.2. Para recebimento dos equipamentos contido na solução a gestão do Contrato desenvolverá no mínimo as seguintes atividades:
- 6.7.2.1. Verificar se foram disponibilizados todos os acessórios necessários para a completa instalação da solução nas atuais EMS do Censipam;
- 6.7.2.2. Verificar se todos os cabos necessários para a transmissão de dados foram disponibilizados;
- 6.7.2.3. Verificar se foi disponibilizada a documentação referente aos procedimentos de instalação, configuração e operação (em meio físico ou cópia em meio digital);
- 6.7.2.4. Verificar se foi disponibilizado abrigo extra e seus respectivos acessórios, quando aplicável;
- 6.7.2.5. Verificar se foi entregue o Certificado de Garantia dos equipamentos;
- 6.7.2.6. Adotar procedimentos conforme orientação definida pelo item 7.2 - PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.
- 6.8. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM GARANTIA AOS EQUIPAMENTOS
- 6.8.1. A assistência técnica será realizada sempre que solicitada pela CONTRATANTE, por meio da abertura de chamado técnico diretamente à empresa CONTRATADA.
- 6.8.2. A abertura dos chamados para manutenção dos equipamentos serão desenvolvidos pelas unidades descentralizadas do Censipam, a saber: Centro Regional de Manaus, Centro Regional de Porto Velho, Centro Regional de Belém e Centro de Coordenação Geral em Brasília.
- 6.8.3. Na abertura de chamados técnicos junto à Central de Atendimento serão fornecidas as seguintes informações:
- Problema observado;

• Nome, telefone, e-mail do profissional do Censipam responsável pela solicitação;

• Severidade do chamado, conforme a Classificação, Severidade, Prazo de Atendimento e de Solução de Chamados.
- 6.8.3.1. A prioridade de atendimento dos chamados em garantia será definida pela CONTRATANTE.
- 6.8.3.2. Todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE deverão ser registradas pela CONTRATADA em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução da manutenção em garantia.
- 6.8.3.3. A CONTRATADA informará o número do chamado técnico no ato da comunicação efetuada pela equipe do Censipam, o qual servirá de referência para acompanhamento do chamado, inclusive após o encerramento do mesmo.
- 6.8.3.4. O tempo do início de atendimento do chamado técnico deverá ser de acordo com a Tabela 20 (Indicador de Prazo de Início de Atendimento de Chamado/Manutenção em Garantia), tendo início da contagem a partir da hora de abertura do chamado.
- 6.8.3.5. Após o início do atendimento, a CONTRATADA deverá diagnosticar o problema e entregar o cronograma com a descrição dos procedimentos a serem adotados para a solução completa do incidente, não devendo ultrapassar os prazos estabelecidos para Diagnóstico do Chamado conforme é definido na Tabela 21 (Classificação de Severidade).
- 6.8.3.6. Caberá às custas da CONTRATADA o suporte técnico e/ou retirada dos equipamentos para manutenção em garantia nos Centros Regionais de Manaus, Porto Velho, Belém e no Centro de Coordenação Geral em Brasília após a abertura do chamado, pelo prazo máximo de 20 dias, nos casos em que a retirada se aplique.
- 6.8.3.7. A CONTRATADA , após a realização da manutenção em garantia, deverá apresentar relatório, contendo identificação do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora do início e término do atendimento, identificação do defeito, técnico responsável pela solução, às providências adotadas e outras informações pertinentes. Este relatório deverá ser homologado pelo fiscal técnico do contrato.
- 6.8.3.8. O chamado técnico somente poderá ser fechado após a confirmação da CONTRATANTE, de maneira que o término do atendimento se dê com a disponibilidade do recurso para uso, em perfeitas condições de funcionamento.
- 6.8.3.9. Sempre que os tempos de início efetivo de atendimento e de solução não forem cumpridos, bem como surgir qualquer outra situação irregular, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA de tal fato para que tome as devidas providências.
- 6.8.3.10. O não atendimento dos prazos máximos definidos na Classificação, Severidade, Prazo de Atendimento e de Solução de Chamados por parte da CONTRATADA ensejará aplicação de multas, conforme as sanções administrativas deste documento.
- 6.8.3.11. Caso a manutenção do equipamento se estenda por mais de 90 dias, o mesmo deverá ser substituído pela CONTRATADA por outro de mesmas características ou superior e de primeiro uso, sem ônus à CONTRATANTE.
- 6.8.3.12. As assistência técnica em garantia deverá ser prestado em horário comercial, de segunda a sexta das 8h às 17h, horário local, se necessário, nos seguintes endereços:

Tabela 11 - Locais de prestação do serviços de garantia.

Unidade	Endereço	Cidade	UF
Centro de Coordenação Geral - CCG	SPO, Área 5, quadra 3, bloco K, CEP: 70610-200.	Brasília	DF
Centro Regional de Manaus - CR-MN	Avenida do Turismo, 1350, Tarumã, CEP: 69041 – 010.	Manaus	AM
Centro Regional de Belém - CR-BE	Avenida Júlio Cesar, 7060, Bairro: Val-de-Cães, CEP: 66617-420.	Belém	PA
Centro Regional de Porto Velho - CR-PV	Av. Lauro Sodré, 6500 Aeroporto, CEP: 76803-260.	Porto Velho	RO

6.9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Tabela 12 - Cronograma de execução

Evento	Atividade	Precedência	Prazo	Contagem	Responsável
Fornecimento das licenças					
0	Assinatura do Contrato	-	0	N/D	Contratante / Contratada
1	Recebimento da cópia assinada do Contrato	0	10	Dias corridos	Contratada
2	Apresentação de documentação exigida à Contratada e a Contratante	0	10	Dias corridos	Contratante / Contratada
3	Fornecimento dos bens demandados	0	60	Dias corridos	Contratada
4	Emissão do Termo de recebimento provisório	3	2	Dia Útil	Gestor, Fiscal Técnico
5	Recebimento, instalação/configuração e repasse de conhecimento	4	10	Dias úteis	Equipes TI do Censipam
6	Emissão do parecer circunstanciado quanto a instalação/configuração do testes de aceitação e ocorrência de eventuais necessidades de correção.	5	2	Dias úteis	Equipes TI do Censipam

7	Emissão de ofício à Contratada solicitando correção de eventuais vícios na instalação/configuração	6	2	Dias úteis	Gestor do Contrato
8	Correção de vícios encontrados no recebimento provisório	7	30	Dias corridos	Contratada
9	Emitir o Termo de Recebimento Definitivo e autorizar a emissão de Nota Fiscal do valor apurado ao preposto	4, 5, 6 e 8	15	Dias úteis	Gestor do Contrato
10	Emissão de Nota Fiscal/Fatura	9	10	Dias corridos	Contratada
Ao final do Contrato (*)					
20	Emitir Termo de Encerramento Contratual	0	12/60	meses	Gestor, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo, Fiscal Requisitante do Contrato e Preposto da Contratada

- 6.10.**DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**
- 6.10.1.Não será exigida garantia de execução posto que a CONTRATADA somente receberá o pagamento após o aceite de todos os materiais fornecidos.
- 6.11.**DA GARANTIA TÉCNICA**
- 6.11.1.Quando do recebimento definitivo do objeto será assinado Termo de Garantia pela CONTRATADA, conforme especificações do fabricante e condições estipuladas no presente Termo de Referência, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.087/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 6.11.1.1.A garantia do conjunto de equipamentos e seus componentes acessórios deve ser assegurada por um período de 60 meses a contar da data do recebimento definitivo dos produtos, devendo ser diretamente atendido pela empresa fornecedora ou por meio de rede credenciada/autorizada.
- 6.11.1.2.A manutenção deverá ser sob demanda, quando do surgimento de problemas técnicos, mediante abertura de chamados técnicos em garantia.
- 6.11.1.3.Durante o período de vigência da garantia técnica do fabricante todos os serviços (reparos, substituições, atendimentos, etc.) deverão ser prestados sem qualquer custo adicional à CONTRATANTE.
- 6.11.1.4.A assistência técnica para manutenção em garantia deverá estar disponível de segunda-feira a sexta-feira em horário comercial, exceto nos feriados.
- 6.11.1.5.A garantia técnica aqui descrita deverá ser prestadas diretamente pela CONTRATADA e/ou assistência técnica autorizada e/ou pelos fabricantes dos produtos. A garantia técnica deverá abranger a manutenção corretiva com a cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, contemplando a substituição de peças, partes, componentes e acessórios, sem representar qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 6.11.1.6.Não havendo entrega do equipamento para manutenção em até 60 dias corridos, a CONTRATADA deverá disponibilizar um novo equipamento igual ou superior e de primeiro uso.
- 6.11.1.7.O descumprimento das disposições mencionadas acima, ou qualquer outra disposição deste Termo de Referência, poderá sujeitar a CONTRATADA as sanções administrativas estabelecidas neste instrumento.
- 6.12.**LOCAIS DE ENTREGA, QUANDO APLICÁVEIS – (IN. 01/2019, ART. 18, INCISO I, ALÍNEA “A”)**
- 6.12.1.Todos os equipamentos, acessórios e componentes constantes da solução (Tabela 1) e suas quantidades, devem ser entregues em até 60 dias corridos da data de emissão da OFBS, conforme endereço contido na Tabela 13, devendo serem entregues com toda a sua documentação exigidas neste Termo de Referência.

Tabela 13 - Endereço da unidade de entrega dos equipamentos.

Unidade	Endereço	Cidade	UF
Centro de Coordenação Geral - CCG	SPO, Área 5, quadra 3, bloco K, CEP: 70610-200	Brasília	DF
Centro Regional de Manaus - CR-MN	Avenida do Turismo, 1350, Tarumã, CEP: 69041 – 010	Manaus	AM
Centro Regional de Belém - CR-BE	Avenida Júlio Cesar, 7060, Bairro: Val-de-Cães, CEP: 66617-420.	Belém	PA
Centro Regional de Porto Velho - CR-PV	Av. Lauro Sodré, 6500 Aeroporto, CEP: 76803-260	Porto Velho	RO

Tabela 14 - Quantidade estimada por localidade

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	CCG	CR-PV	CR-MN	CR-BE	QTDE TOTAL
ÚNICO	1	Modem Externo GOES	474911	Und.	03	09	15	13	40
	2	Antena Direcional GOES	604305	Und.	03	09	15	13	40
	3	Antena GPS GOES	604239	Und.	03	09	15	13	40

- 6.13.**DOCUMENTAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA - (IN. 01/2019, ART. 18, INCISO I, ALÍNEA “B”)**
- 6.13.1.Conforme definido nas seguintes seções deste documento:
- 6.13.1.1.a) "6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO"
- 6.13.1.1.b) "7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO"
- 6.13.1.1.Todas as ocorrências relativas a execução contratual devem ser registradas no processo.
- 6.13.1.2.Todos procedimentos, manuais, fluxos de instalação, configuração e operação, e documentos relacionados serão entregue pela CONTRATADA em meio físico ou cópia em meio digital preferencialmente em português do Brasil.
- 6.14.**PROCEDIMENTOS DE MIGRAÇÃO, TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO**
- 6.14.1.As atividades de transição contratual, quando aplicáveis, e de encerramento do Contrato deverão observar, no que couber:
- 6.14.1.1.a) a existência de eventuais pendências ao encerramento do Contrato
- 6.14.1.1.b) a manutenção dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio por parte da Administração, quando aplicável;
- 6.14.1.1.c) a entrega de versões finais dos produtos e da documentação, quando aplicável;
- 6.14.1.1.d) a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da solução de TIC, quando aplicável;

- e) a devolução de recursos, quando aplicável;
- f) a revogação de perfis de acesso, quando aplicável;
- g) a eliminação de acessos ao SEI, quando aplicável;
- h) a eliminação de caixas postais, quando aplicável; e
- i) outras que se aplicarem.

6.14.2. Para efeito de encerramento contratual deverá ser emitido o Termo de Encerramento Contratual conforme modelo do APÊNDICE VI - MODELO TERMO ENCERRAMENTO CONTRATUAL.

6.15. **PAPÉIS E RESPONSABILIDADES POR PARTE DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

Tabela 15 - Papeis e Responsabilidades dos Atores

Papeis	Formação	Resumo das atividades
Gestor do Contrato	Servidor com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais, relacionadas ao processo de gestão do Contrato.	1. Promover reuniões de controle entre fiscais e representantes da Contratada. 2. Encaminhar pedidos de multas e sanções. 3. Acompanhar o recebimento de serviços da Contratada 4. Autorizar emissão de notas fiscais. 5. Gerir o Contrato. 6. Acompanhar e avaliar fornecimento de bens e serviços. 7. Gerir pagamentos. 8. Gerenciar a execução dos chamados em garantia abertos. 9. Encaminhar eventuais comunicações à Contratada por intermédio do preposto. 10. Observar as normas contidas neste Projeto Básico para a execução da gestão contratual. 11. Observar as normas internas do Censipam para execução da gestão contratual
Fiscal Técnico do Contrato	Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação ou da Área de Inteligência, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o Contrato.	1. Providenciar, mensalmente, o Termo Circunstanciado de recebimento dos serviços mensais. 2. Confeção e abertura de chamados à Contratada. 3. Acompanhar o eventual fornecimento de equipamentos da Contratada e a prestação dos serviços 4. Produzir pareceres técnicos sobre a execução do Contrato. 5. Avaliar a qualidade dos serviços prestados.
Fiscal Requisitante do Contrato	Servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o Contrato do ponto de vista funcional.	1. Confeção e assinatura das eventuais Ordens de Serviço, para fins de encaminhamento formal à Contratada. 2. Acompanhar o fornecimento de equipamentos da Contratada 3. Identificar problemas e apontar possíveis soluções. 4. Produzir pareceres sobre a execução do Contrato. 5. Garantir a execução contratual. 6. Observar as normas contidas neste Projeto Básico para a execução da gestão contratual
Fiscal Administrativo do Contrato	Servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos.	1. Verificar aderência aos termos contratuais. 2. Indicar termos não aderentes ao Contrato e à legislação pertinente. 3. Verificar regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias em relação à Contratada. 4. Identificar problemas e apontar possíveis soluções. 5. Garantir a execução contratual. 6. Observar as normas contidas neste Projeto Básico para a execução da gestão contratual.
Preposto	Responsável pelo acompanhamento e contato entre Contratante e Contratada, com capacidade técnica e operacional para recebimento de notificações e a apresentação de documentos.	1. Supervisionar o fornecimento de equipamentos da Contratada 2. Realizar reuniões periódicas com a Contratante. 3. Elaborar e encaminhar os relatórios quando aplicavel 4. Representar a Contratada no acompanhamento da execução do Contrato. 5. Receber e dar andamento a todas as comunicações recebidas do Gestor do Contrato em tempo hábil. 6. Acompanhamento e realização do Contrato.

6.16. **QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS OU SERVIÇOS PARA COMPARAÇÃO E CONTROLE - (IN. 01/2019, ART. 18, INCISO II)**

6.16.1. Cada OFBS conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR. A quantidade mínima a ser adquirida reflete o atendimento essencial das demandas das unidades do Censipam.

Tabela 16 - Quantidade mínima de bens constantes da solução

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	CCG	CR-PV	CR-MN	CR-BE	QTDE MÍNIMA	QTDE TOTAL
ÚNICO	1	Modem Externo GOES	474911	Und.	01	02	02	02	07	40
	2	Antena Direcional GOES	604305	Und.	01	02	02	02	07	40
	3	Antena GPS GOES	604239	Und.	01	02	02	02	07	40

6.16.2. O quantitativo mínimo de 07 (sete) unidades a serem adquiridas, foi determinado em função de haver um número de unidades EMS disponibilizadas a receber a instalação dos equipamentos (modem externo e demais componentes da solução), para atender a transmissão dos dados para o Satélite GOES no CCG e nos Centros Regionais do Censipam assim distribuídas: 01 para o CCG, 02 para o CR-MN, 02 para o CR-BE e 02 pra o CR-PV.

6.16.3. É importante destacar que o quantitativo total das 40 unidades, estão assim definidas: 33 unidades conforme a Tabela 8 (Locais previstos para instalação da solução), e as demais sobressalentes serão distribuídas seguindo a distribuição conforme estudos técnicos: 01 para o CCG, 02 para o CR-MN, 02 para o CR-BE e 02 pra o CR-PV.

6.17. **MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 18, INCISO III)**

- 6.17.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar para abertura de chamados: meio eletrônico ou telefone (0800 ou de custo local em Brasília, Manaus, Porto Velho e Belém) as suas expensas para solicitação de suporte técnico.
- 6.17.2. O mecanismo formal de comunicação entre o Censipam e a CONTRATADA se dará mediante emissão de correspondência (preferencialmente eletrônica), com os respectivos anexos que venham a ser necessários para o eficaz entendimento da comunicação e sua formalização.
- 6.17.3. Todas as documentações e comunicações geradas na gestão de manutenção em garantia devem obrigatoriamente ser apensadas no processo.
- 6.17.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar quando couber relatório com periodicidade trimestral contendo no mínimo:
- 6.17.4.1. Data de chamados abertos e problemas observados;
- 6.17.4.2. Data de chamados encerrados e solução aplicada nos equipamentos defeituosos.
- 6.18. **MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA - (IN. 01/2019, ART. 18, INCISO V)**
- 6.18.1. A CONTRATADA deverá assinar o Modelo do Termo de Compromisso de Manutenção do Sigilo e do Termo de Ciência conforme modelo constante no APÊNDICE V conforme Art. 18, inciso V da IN 01/2019 - SGD/ME, no Sistema de Gestão Eletrônico de Documentos do CONTRATANTE.
- 6.18.2. Não será permitida a divulgação, sob nenhuma hipótese, de qualquer documento, confidencial ou não, sem prévia permissão do Censipam.
- 6.18.3. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos, mesmo após o término do prazo de vigência ou eventual rescisão do Contrato.
- 6.18.4. Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSI) do Ministério da Defesa, quando aplicável.
- 6.18.5. Não veicular publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Censipam.
- 6.18.6. Manter sigilo de todas as informações a que tiveram acesso inclusive após o término da vigência contratual ou eventual rescisão.
- 6.18.7. O Termo de Ciência da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão ou entidade (IN. 01/2019, Art. 18, Inciso V, alínea b), a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, quando couber.
7. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO – (IN. 01/2019, ART. 19)**
- 7.1. **CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 19, INCISO I)**
- 7.1.1. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).
- 7.1.2. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de procedimentos não previstos nas especificações técnicas.
- 7.1.3. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.
- 7.1.4. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.
- 7.1.5. Todas as funcionalidades da solução devem ser totalmente integradas e quaisquer mecanismos intermediários, tais como hardwares adicionais (externos ou internos), devem ser submetidos à apreciação e aprovação pela equipe técnica do Censipam.
- 7.1.6. Os produtos devem ser acondicionados em embalagens individuais, lacradas, com o menor volume possível desenvolvidas para o produto, que se utilize preferencialmente para as embalagens de materiais recicláveis e de modo a garantir um transporte seguro em quaisquer condições e limitações que possam ser encontradas, além de possibilitar o Termo de Referência, conforme (IN 01/2019) SEGES-CENTRAL-CGTIC 15331660 SEI 19973.101124/2021-75 / pg. 16, armazenamento e estocagem de forma segura.
- 7.1.7. O Fabricante do(s) equipamento(s) deve contar com serviço de assistência técnica em nível nacional, para os equipamentos e acessórios ofertado pela LICITANTE.
- 7.1.8. Será REJEITADO, no todo ou em parte, os bens materiais fornecidos em desacordo com as especificações técnica contida no "Apêndice I" deste TERMO DE REFERÊNCIA. Para solução do fornecimento rejeitado o fornecedor deve seguir as orientações do art. 69 da Lei 8.666/1993, que diz, a CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 7.1.9. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens materiais, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao CONTRATANTE o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações técnicas contida no "Apêndice I" deste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas neste Termo de Referência.
- 7.1.10. São definidas as seguintes etapas de avaliação da execução:

Tabela 17 - Metodologia de avaliação da etapa do testes de aceitação e Quantidade mínima de bens constantes da solução

Etapas	Avaliação	Índice de referência
Fornecimento de equipamentos itens 1, 2 e 3	Especificações técnicas	100% de aderência dos equipamentos constantes da solução, serviços de instalação e documentação fornecida as especificações técnicas.
	Situação dos equipamentos	100% dos equipamentos constantes da solução recebidos novos e em condições perfeitas de uso, juntamente com a documentação e manuais técnicos para cada equipamento.
		100% de aderência aos prazos de entrega dos equipamentos constantes da solução
		100% dos equipamentos constantes da solução não contendo substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs);
	Prazo de entrega	100% dos equipamentos constantes da solução entregues em até 60(sessenta) dias da assinatura do Contrato

- 7.1.11. Serão descontados do prazo contratual de execução, os atrasos eventualmente ocasionados por responsabilidade da CONTRATANTE, bem como aqueles oriundos de caso fortuito e/ou força maior.
- 7.1.11.1. Todos os eventos citados acima deverão, obrigatoriamente, ser documentados e registrados no processo pelo Gestor do Contrato.
- 7.1.11.2. Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições previstas, a CONTRATANTE, por meio da equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato, lavrará relatório circunstanciado dirigido à Gerência de Compras e Licitações, que adotará as medidas cabíveis.
- 7.1.11.3. Não concluídos o fornecimento dos equipamentos constantes da solução dentro do prazo previsto neste documento, o licitante vencedor estará sujeito às sanções administrativas previstas.
- 7.2. **PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

- 7.2.1. Se dará por meio dos seguintes mecanismos:
- 7.2.1.1. Conforme definições contidas na seção "6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO".
- 7.2.1.2. Conforme definições contidas nesta seção "7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO" .
- 7.2.1.3. Verificação das especificações contidas no "APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS" contida neste Termo de Referência.

Tabela 18 - Procedimento para Execução do Recebimento Provisório

Evento	Ações
Critérios de verificação dos equipamentos	<p>O recebimento provisório dos equipamentos seguirá as seguintes etapas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Verificar se foram disponibilizados todos os acessórios necessários para a completa instalação da solução nas atuais EMS instaladas. 2) Verificar se todos os cabos necessários para a transmissão de dados foram disponibilizados. 3) Verificar a existência de defeitos de fábrica, tais como: <ol style="list-style-type: none"> 3.1) Se as luzes dos equipamentos estiverem apagadas quando energizadas; 3.2) Se os cabos fornecidos estão de acordo com as especificações ou se sofreram danos no transporte; 3.3) Se existe superaquecimento dos equipamentos e outros problemas visuais; 3.4) Verificar se a solução(modems, antenas e acessórios) após instalação estão transmitindo as informações prospectadas pelo datalogger da unidade EMS; 3.5) verificar se foi disponibilizado abrigo extra e seus respectivos acessórios, quando aplicável.

- 7.2.1.4. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento dos bens contratados, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.
- 7.2.1.5. Emitir Termo de Recebimento Provisório seguindo as orientações no APÊNDICE X - MODELOS DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.
- 7.3. **NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS - (IN. 01/2019. ART 19, INCISO I)**
- 7.3.1. Para efeito de controle dos Níveis Mínimo de Serviço Exigidos e/ou Níveis de Qualidade, apresentamos a seguir os indicadores que nortearão o processo de mensuração dos resultados com a contratação aqui definida neste Termo de Referência.

Tabela 19 - Indicador de Prazo Máximo de Entrega

Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o prazo de entrega dos equipamentos.
Meta a cumprir	IPME <= 60 para todos os equipamentos
Instrumento de medição	período contado entre a entrega do equipamento e a assinatura do contrato
Periodicidade	No início do contrato
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>$IPME = DD - DAC$</p> <p>onde:</p> <p>IPME - Resultado em nº de dias</p> <p>DD - Data de disponibilização da solução</p> <p>DAC - Data de assinatura do Contrato</p>
Mecanismo de referencia de calculo da glosa	<p>$VG = VII * PG$</p> <p>Onde</p> <p>VG = Valor Glosa</p> <p>VII = Valor contratado para o item</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Não serão computados os dias de atraso quando estes forem ocasionados pela Contratante ou em virtude de concessão de prorrogação autorizada pela CONTRATANTE. Tais prazos deverão ser expressamente indicados pelo gestor do Contrato.</p>
Início de Vigência	A partir da abertura da ordem de fornecimento de bens.

Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para: 60 < IPME <= 90; aplicar-se-á o percentual de glosa (PG) de 1% (um por cento) para o cálculo do valor da glosa (VG)
	Para: 90 < IPME <= 120; aplicar-se-á o percentual de glosa (PG) de 2% (um por cento) para o cálculo do valor da glosa (VG)
	Para: IPME >120; aplicar-se-á o percentual de glosa (PG) de 5% (cinco por cento) para o cálculo do valor da glosa (VG) e caracterização de inexecução total do contrato.

Tabela 20 - Indicador de Prazo de Início de Atendimento de Chamado/Manutenção em Garantia

Indicador 02 - IPIA – INDICADOR DE PRAZO DE INÍCIO DE ATENDIMENTO DE CHAMADO/MANUTENÇÃO EM GARANTIA	
Tópico	Descrição
Finalidade	Define início do atendimento dos chamados em garantia e demandas encaminhadas para manutenção para a Contratada. O início do atendimento de uma solicitação ou demanda é contabilizado a partir do seu recebimento pela Contratada, responsável por executar o serviço demandado.
Meta a cumprir	IPIA >= 90%
Instrumento de medição	Registro de acompanhamento de chamados e Registro de ocorrências da execução contratual para a solução
Periodicidade	Acompanhamento contínuo do Contrato
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IPIA = (TCP / TC) \times 100$ onde: TCP - Total de chamados/manutenções iniciados dentro do prazo no período considerado TC - Total de chamados/manutenções abertos
Observações	Obs1: Não serão computados atrasos quando estes forem ocasionados pela Contratante ou em virtude de concessão de prorrogação autorizada pela Contratante. Tais prazos deverão ser expressamente indicados pelo gestor do Contrato.
Início de Vigência	A partir da emissão do chamado
Faixas de ajuste e Sanções	Para: 80% <= IPIA < 90%; aplicar-se-á multa de 1% (um por cento) do valor contratual do item do chamado. Para: 60% <= IPIA < 80%; aplicar-se-á multa de 2% (dois por cento) do valor contratual do item do chamado. Para: 50% <= IPIA < 60%; aplicar-se-á multa de 3% (três por cento) do valor contratual do item do chamado. Para: IPIA < 50%; aplicar-se-á multa de 4% (quatro por cento) do valor contratual do item do chamado e caracterização de inexecução parcial do Contrato.

Tabela 21 - Indicador de Prazo de Diagnóstico do Chamado Diagnóstico/Manutenção do Chamado em Garantia

Indicador 03 - IPTA – INDICADOR DE PRAZO DE DIAGNÓSTICO DO CHAMADO/MANUTENÇÃO EM GARANTIA	
Tópico	Descrição
Finalidade	Define níveis de serviço para o final do atendimento dos chamados e demandas encaminhadas para manutenção para a Contratada. O final do atendimento de uma solicitação ou demanda é contabilizado a partir do encerramento do chamado pelo Fiscal Técnico do Contrato.
Meta a cumprir	IPTA >= 80%
Instrumento de medição	Registro de acompanhamento de chamados e Registro de ocorrências da execução contratual para os itens 1, 2 e 3
Periodicidade	Acompanhamento contínuo do Contrato
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IPTA = (TCP / TC) \times 100$ onde: TCP - Total de chamados/manutenções finalizados dentro do prazo no período considerado TC - Total de chamados/manutenções finalizados no período considerado
Observações	Obs1: Não serão computados atrasos quando estes forem ocasionados pela Contratante ou em virtude de concessão de prorrogação autorizada pela Contratante. Tais prazos deverão ser expressamente indicados pelo gestor do Contrato.
Início de Vigência	A partir da emissão do chamado
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para: 80% <= IPTA < 90%; aplicar-se-á multa de 1% (um por cento) do valor contratual do item do chamado. Para: 60% <= IPTA < 80%; aplicar-se-á multa de 2% (dois por cento) do valor contratual do item do chamado. Para: 50% <= IPTA < 60%; aplicar-se-á multa de 3% (três por cento) do valor contratual do item do chamado. Para: IPTA < 50%; aplicar-se-á multa de 4% (quatro por cento) do valor contratual do item do chamado e caracterização de inexecução parcial do Contrato.

- 7.4. NÍVEIS DE SEVERIDADE
- 7.4.1. A CONTRATADA informará o número do chamado técnico no ato da comunicação efetuada pela equipe do Censipam, o qual servirá de referência para acompanhamento do chamado, inclusive após o encerramento do mesmo.
- 7.4.2. A prioridade de atendimento dos chamados será definida pelo CONTRATANTE.

Tabela 22 - Classificação, Severidade, Prazo de Atendimento e de Solução de Chamados abertos.

SEVERIDADE	CLASSIFICAÇÃO	ABRIR CHAMADO	PRAZO PARA INICIAR O CHAMADO ABERTO	PRAZOS PARA DIAGNOSTICO
1 – Crítico	Solução inoperante. O modem e antena apresentam defeitos	Em até 01 dia útil	Em até 48 horas	5 dias
2 – Urgente	Erros ou problemas recorrentes que impactam a operação da solução.	Em até 01 dia útil	Em até 72 horas	5 dias
3 – Rotina	Problemas contornáveis, não afetando a performance, serviço ou operação ou a função afetada somente é utilizada eventualmente ou temporariamente	Em até 01 dia útil	Em até 96 horas	10 dias
4 – Programada	Destinados à implementação de procedimentos de melhorias e correções com vistas a prevenir a	Em até 01 dia útil	Em até 120 horas	20 dias

SEVERIDADE	CLASSIFICAÇÃO	ABRIR CHAMADO	PRAZO PARA INICIAR O CHAMADO ABERTO	PRAZOS PARA DIAGNOSTICO
	ocorrência de problemas, avaliação de ambiente, elaboração de diagnósticos e esclarecimento de dúvidas			

- 7.4.3. O não atendimento dos prazos acima será considerado como inexecução parcial do Contrato.
- 7.4.4. O não atendimento dos prazos máximos definidos na Classificação, Severidade, Prazo de Atendimento e de Solução de Chamados por parte da CONTRATADA ensejará aplicação de sanções e multas, conforme as sanções administrativas, deste documento.
- 7.5. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO - (IN. 01/2019. ART. 19, INCISO III e IV)**
- 7.5.1. **DAS GLOSAS**

Tabela 23 - Glosas Aplicáveis

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência. Em caso de reincidência, 0,1% sobre o valor total do Contrato.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais condições legais, e multa de 1% do valor da contratação.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Multa de 2% sobre o valor total do Contrato. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
8	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 72 horas úteis	Multa de 1% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pelo Contratante, até o limite de 10 dias úteis.
9	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5% do valor total do Contrato
10	Não atender ao indicador de nível de serviço IPME – INDICADOR DE PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA	Para: 81 < IICRC <= 90; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 0,5% (meio por cento) para o cálculo do valor da multa (VM) Para: 90 < IICRC <= 120; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 1% (um por cento) para o cálculo do valor da multa (VM) Para: IICRC >120; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 2% (dois por cento) para o cálculo do valor da multa (VM) e caracterização de inexecução parcial do Contrato.

- 7.6. **DA MULTAS**
- 7.6.1. São definidas as seguintes multas:
- 7.6.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 7.6.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 7.6.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das Tabelas 24 e 25, abaixo; e
- 7.6.5. Multas definidas nos seguintes indicadores:
- 7.6.5.1. Indicador 03 - IPIA – INDICADOR DE PRAZO DE INÍCIO DE ATENDIMENTO DE CHAMADO/MANUTENÇÃO EM GARANTIA
- 7.6.5.2. Indicador 04 - IPTA – INDICADOR DE PRAZO DE TÉRMINO DE ATENDIMENTO DE CHAMADO/MANUTENÇÃO EM GARANTIA
- 7.6.6. OBS: as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7.6.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as Tabelas 24 e 25:

Tabela 24 - Graus de Infrações

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor da parcela anual do Contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor da parcela anual do Contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor da parcela anual do Contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor da parcela anual do Contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor da parcela anual do Contrato
Tabela 25 - Infrações	
INFRAÇÃO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Para os itens a seguir, deixar de:	
GRAU	

GRAU	CORRESPONDÊNCIA	
1	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	02
2	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	03
3	Indicar e manter durante a execução do Contrato os prepostos previstos no edital/Contrato.	01

8. **ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO – (IN. 01/2019, ART. 20)**
- 8.1. [Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Conforme o Art. 15 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, o custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, devido a uma variação alta de preços propostos pelos fornecedores na pesquisa de preços, então o que procura-se é pleitear que os licitantes apresentem as propostas conforme as suas condições e não com base no orçamento estimado apresentado pela administração.. O valor estimado foi obtido a partir de realização de pesquisa de preços realizada observando parâmetros contidos na Instrução Normativa nº 73 de 05 de agosto de 2020, o mesmo consta no documento Análise Crítica de Preços apensado ao processo, indicando a respectiva metodologia adotada, nos termos da IN SEGES/ME nº 73/2020. Tais informações terão disponibilização restrita apenas aos órgãos de controle externo e interno, até a finalização da fase de lances.]
- 8.2. Foram realizadas pesquisas de preço em atenção à Instrução Normativa nº 73 de 5 de agosto de 2020 da SGD/ME, sendo os dados referentes a estas pesquisas dispostos no documento Análise Crítica da Pesquisa de Preços CGSIN (6669934), na mesma evidenciou-se o uso dos parâmetros I, II, III e IV conforme a IN 73/2021 SGD/ME. Tais informações terão disponibilização restrita apenas aos órgãos de controle externo e interno, até a finalização da fase de lances.
9. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – (IN. 01/2019, ART. 21)**
- 9.1. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - (IN. 01/2019, ART. 21, INCISO I)**
- 9.1.1. A despesa decorrente da contratação objeto do presente correrá à conta da dotação orçamentária conferida à manutenção do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, sob a seguinte classificação contábil e orçamentária:
- 9.1.1.1. a. Programa **6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;**
- 9.1.1.2. b. Ação Orçamentária: **20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia;**
- 9.1.1.3. c. Fonte: **100;**
- 9.1.1.4. d. Plano Orçamentário (PO): **0004 – Telecomunicação Crítica, Tecnologia da Informação e Sensores;**
- 9.1.1.5. e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): **168629;** e
- 9.1.1.6. f. Natureza da Despesa:

Tabela 26 - Natureza de Despesa

ITEM	DESCRIÇÃO	NATUREZA DA DESPESA
1	Modem Externo	44.90.52.37 - Equipamentos de TIC - Ativos de Rede
2	Antena Direcional	44.90.52.06 - Aparelhos e Equipamentos de Comunicação
3	Antena GPS	44.90.52.06 - Aparelhos e Equipamentos de Comunicação

- 9.1.1.7. g. Código do Sistema PTA/2023: 212/23– Modem GOES para telemetria das estações meteorológicas.
- 9.2. **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO - (IN. 01/2019, ART. 21, INCISO II)**

Tabela 27 - Cronograma Físico Financeiro

Etapas	Prazo	% de desembolso 2023	% de desembolso 2024
Fornecimento dos equipamentos constantes da solução contido na Tabela 1 conforme previsão contida no Termo de Referência.	Os equipamentos, acessórios e componentes constantes da solução (Tabela 1) e suas quantidades, devem ser entregues em até 60 dias corridos da data de emissão da OFBS conforme Tabela 13.	50%	50%

10. **DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**
- 10.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados de sua assinatura.
- 10.2. A garantia do conjunto de equipamentos e seus componentes acessórios deve ser assegurada para o período de 60 meses.
- 10.3. O documento contendo as Diretrizes para a Aquisição de Ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação constantes do link https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes_ativos-de-tic-v-4.pdf, determinam que o prazo de garantia legal de funcionamento devem ser de 60 meses, conforme transcrito abaixo:
- "(...)
- 1.4.4. ATIVOS DE REDE
- 1.4.4.1. Para aquisição de ativos de rede, tipo equipamentos wi-fi, switches de centro e de borda, roteadores, etc, deve-se considerar o tempo de vida de 5 (cinco) anos para fins de posicionamento da tecnologia e de garantia de funcionamento.
- 1.4.5. SERVIDORES DE REDE, APLICAÇÃO, EQUIPAMENTOS DE BACKUP, ARMAZENAMENTO, SEGURANÇA, ENTRE OUTROS
- 1.4.5.1. Para aquisição de servidores de rede, aplicação, equipamentos de backup, armazenamento, segurança, entre outros, deve-se considerar o tempo de vida útil mínimo de 5 (cinco) anos para fins de posicionamento da tecnologia e de garantia de funcionamento. (...)" (Grifo Nosso).
11. **DO REAJUSTE DE PREÇOS – (IN. 01/2019 ART. 24)**
- 11.1. Não se aplica por se tratar de fornecimento de bens não continuados.
12. **DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR – (IN. 01/2019 ART. 23)**
- 12.1. **REGIME, TIPO E MODALIDADE DA LICITAÇÃO**
- 12.1.1. O critério de julgamento da licitação é o MENOR PREÇO GLOBAL para a seleção da proposta mais vantajosa.

- 12.1.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **Pregão por Sistema de Registro de Preços (SRP)**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.
- 12.1.3. A modalidade de adjudicação menor preço global deve-se ao fato de que todos os bens agrupados estão intrinsecamente relacionados.
- 12.1.4. A fundamentação pauta-se na premissa que a contratação baseia-se em padrões de desempenho e qualidade claramente definidos no Termo de Referência, havendo diversos fornecedores capazes de prestá-los. Caracterizando-se como “Bens de Natureza Comum” conforme Art. 9º, §2º do Decreto 7.174/2010.
- 12.1.5. Da Utilização do Pregão por Sistema de Registro de Preços(SRP)

A pretendida licitação deverá ser na modalidade Pregão por Sistema de Registro de Preços - SRP, sob a forma ELETRÔNICA conforme o artigo 3º do Decreto nº 7.892 de 2013:
"Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:
I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração".
- 12.1.6. A adoção da modalidade do Pregão por Sistema de Registro de Preço(SRP) para a aquisição do objeto pretendido se justifica em função da indefinição quanto ao quantitativo de equipamentos a serem efetivamente empregados, em razão da natureza e complexidade a ser envolvida no planejamento das missões para instalação dos equipamentos, em especial na disponibilidade de compartilhamento de voos da Força Aérea Brasileira (FAB) e também das hidrovias dos rios da Amazônia que serão envolvidas quando do deslocamento das missões de campo, visto que os níveis de subida e descida dos rios da região podem comprometer a navegabilidade, além da disponibilidade e fornecimento de novas estações recentemente adquiridas conforme Processo nº 60091.000189/2018-28, se enquadrando por tanto no inciso IV do artigo 3º do Decreto nº 7.892 de 2013.
- 12.1.7. Desse modo, não será permitido a adesão a Ata de Registro de Preços por tratar-se de solução com especificidade técnica compatível com as necessidades da configuração do Censipam.
- 12.2. **JUSTIFICATIVA PARA A APLICAÇÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E MARGENS DE PREFERÊNCIA**
- 12.2.1. Não se aplica
- 12.3. **CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA A HABILITAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 23, INCISO IV)**
- 12.3.1. A Licitante ao formular a proposta de preços deverá informar no mínimo, as seguintes informações: o fabricante, valor unitário/total, a descrição, modelo e se o mesmo encontra-se em processo de descontinuidade ou não, sob pena de ter a sua proposta desclassificada do certame.
- 12.3.2. A Licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante já forneceu bens semelhantes para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto do Termo de Referência, considerando o seguinte:
 - Atendimento da especificação técnica contida no APÊNDICE I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
 - Já ter fornecido, 25% da quantidade requerida, dos equipamentos demandados nos itens 1, 2 e 3, sendo aceito o somatório de atestados.
- 12.3.3. No atestado deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:
 - CNPJ da licitante;
 - Indicação do número do empenho que originou a contratação e/ou da nota fiscal;
 - Relatório dos bens fornecidos; e
 - Nome completo, telefone e assinatura do responsável pela sua emissão.
- 12.3.4. Apresentação de Certificado de Garantia conforme exigência prevista no item "4. Requisitos de Garantia e Manutenção".
- 12.4. **DA VISTORIA**
- 12.4.1. Os interessados podem visitar, de forma facultativa, os endereços destacados na Tabela 28, com o propósito de conhecer 02(duas) unidades que fazem parte da rede meteorológica do Censipam.
- 12.4.2. A visita que é facultativa, tem a intenção de demonstrar aos pretensos fornecedores a infraestrutura em que a solução será instalada.
- 12.4.3. Os horários assim como a visita é facultativa, porém caso haja interessados, podem visitar os locais de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 15 horas (horário local). Em destaque o número de telefone e nome das pessoas para contato.

Tabela 28 - Agendamento de Vistoria

Unidade	Endereço	Cidade	UF	Telefone
Centro de Coordenação Geral - CCG	SPO, Área 5, quadra 3, bloco K, CEP: 70610-200.	Brasília	DF	(61)3214-0415 - Zeno Filho
Centro Regional de Belém - CR/BE	Avenida Júlio Cesar, 7060, Bairro: Val-de-Cães, CEP: 66617-420.	Belém	PA	(91)3366-2342 - Messias

- 12.4.4. A vistoria que é facultativa, iniciar-se-á no dia útil seguinte da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 12.4.5. Para a vistoria que é facultativa, o licitante ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 12.4.6. Os modelos de termos de conhecimento de condições e peculiaridades e de visita técnica se encontram no APÊNDICE VII - TERMO DE CONHECIMENTO DE CONDIÇÕES E PECULIARIDADES e no APÊNDICE VIII - DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA
13. **DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO**
- 13.1. O Censipam, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto contratado.
- 13.2. A gestão e a fiscalização do Contrato serão exercidas por um Gestor, fiscais e seus substitutos, designada em portaria específica a ser publicada antes da assinatura do Contrato:
- 13.2.1. **Gestor do Contrato:** servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;
- 13.2.2. **Fiscal Técnico do Contrato:** servidor representante da Área de Tecnologia da Informação, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o Contrato;

- 13.2.3. **Fiscal Administrativo do Contrato:** servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos;
- 13.2.4. **Fiscal Requisitante do Contrato:** servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o Contrato do ponto de vista funcional da Solução de Tecnologia da Informação;
- 13.2.5. **Fiscal Setorial:** Elaborar relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Contrato e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do Contrato para recebimento definitivo.
- 13.3. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD nº 632, de 31 de janeiro de 2023 (6039535).
- 13.4. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

DESPACHO 1:

1) Este Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação, em harmonia com o modelo disponibilizado no site do Governo Digital <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/termo-de-referencia-ou-projeto-basico-v2-0.odt>.

2) Houve especificação detalhada e suficiente do objeto, com elementos técnicos necessários, suficientes e com nível de precisão adequado.

Brasília, na data de assinatura

APOLÔNIO INÁCIO DE OLIVEIRA
Integrante Requisitante

NINA MÉRCIA LIMA DOS SANTOS
Integrante Administrativo

ZENO RODRIGUES VIANA FILHO
Integrante Técnico

Portaria DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD nº 632, de 31 de janeiro de 2023 (6039535)

DESPACHO 2:

1) Aprovo, de acordo com Art. 7º, §2º, inciso II e III, da Lei 8.666/93.

2) Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, em conformidade com o Art. 7º, §2º, III, da Lei 8.666/93, e que a despesa é compatível com os limites e cronogramas definidos nos normativos aplicáveis ao exercício em que se dará a contratação.

3) Encaminhe-se à DITEC para aprovação.

EDUARDO SHIGERU MITANI
Ordenador de Despesas

DESPACHO 3:

1) Aprovo, de acordo com o Art. 7º, §2º, I, da Lei 8.666/93, bem como à previsão do Art. 12, § 6º, da IN 01/2019-SGD, de 4 de abril de 2019 e da Portaria 3627 de 01 de julho de 2022 (5268266).

FRANCISCO ENEDELSON PASSOS DA MACENO
Diretor Técnico Substituto

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS QUE INTEGRAM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA**APÊNDICES****I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS****II - MODELO DE PROPOSTA**

III - MODELO APRESENTAÇÃO PREPOSTO

IV - MODELO DO FORMULÁRIO DE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SUPER.GOV.BR

V - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E DO TERMO DE CIÊNCIA

VI - MODELO TERMO ENCERRAMENTO CONTRATUAL

VII - TERMO DE CONHECIMENTO DE CONDIÇÕES E PECULIARIDADES

APÊNDICE VIII - DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

IX - MODELO DE OFBS

X - MODELOS DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

XI - MODELOS DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

14. DEMANDAS

14.1. A presente especificação visa descrever os requisitos técnicos para a aquisição de 40(quarenta) Modem Externo, 40(quarenta) Antena Direcional, 40(quarenta) Antena GPS e seus acessórios, distribuídos conforme tabela a seguir, visando atender a solicitação prevista no planejamento da Coordenação Geral de Sensores e Inovação - CGISN requerido pela documentação ID nº 3984720 e ID4014080, e 7(sete) unidades sobressalentes para manutenções em caso de emergência.

Tabela 1 — Solução de Transmissão para Estações Meteorológicas de Superfície

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTDE TOTAL
ÚNICO	1	Modem Externo	474911	Und.	40
	2	Antena Direcional	604305	Und.	40
	3	Antena GPS	604239	Und.	40

14.2. A demanda consiste na aquisição de equipamentos tipo modems externos satelitas, antenas direcional, antena GPS, e seus acessórios para transmissão via satélite GOES, com vistas a realizar a telemetria de dados coletados pelas EMS do Censipam.

14.3. Todos os equipamentos da solução deverão atender as legislações pertinentes da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

14.4. Todos os equipamentos, acessórios e componentes constantes da solução(Tabela 1) e suas quantidades, devem ser entregues em até 60(sessenta) dias corridos da data de emissão da OFBS conforme endereço constante na tabela 13 do Termo de Referência., e estes devem ser entregue com toda a sua documentação exigidas.

14.5. Em razão das especificidades da solução a ser contratada, assim como o alto grau de acoplamento entre os itens que compõem a solução, todos os itens devem ser fornecidos por um mesmo fornecedor, motivo pelo qual os itens foram agrupados em lote único.

14.6. Para a aprovação das funcionalidades da solução ofertada a empresa vencedora desenvolverá prova de conceito demonstrando a eficiência operacional de seu produto.

14.7. Os testes para a prova de conceito será realizado nos seguintes endereço contido na Tabela 28 (Agendamento de Vistoria da Prova de Conceito).

14.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados de sua assinatura.

14.9. A empresa deverá fornecer garantia dos equipamentos fornecidos por 60(sessenta) meses.

15. REQUISITOS TÉCNICOS

15.1. MODEM EXTERNO

15.1.1. A transmissão dos dados armazenados no *datalogger* deverá ser feita, por meio do modem externo para comunicação com o satélite (GOES - Geostationary Operational Enviromental Sattellite).

15.1.2. A comunicação via satélite deverá ser totalmente compatível com os padrões de comunicação do sistema de transmissão de dados do satélite GOES, satisfazendo os níveis de potência e qualidade do sinal requeridos pelo referido sistema. O *datalogger* deve ser capaz de ser programado e operar em cada um dos bits que formam a palavra de transmissão.

15.1.3. Os dados coletados pelas EMS são armazenados em um *datalogger* interno e sua transmissão deverá ser realizada por meio do modem externo, com os seguintes requisitos de comunicação:

- 15.1.4. A comunicação via satélite deverá ser totalmente compatível com os padrões de comunicação do sistema de transmissão de dados do satélite GOES, satisfazendo os níveis de potência e qualidade do sinal requeridos pelo referido sistema.
- 15.1.5. Deverá possuir a definição NESDIS HDR V2.0 ou (versão 2).
- 15.1.6. Deverá permitir a escolha do canal de transmissão, e suportar transmissão de dados a taxas de 300 e 1200 bps, e operar nos modos “Self Timed” e “Random” independentes.
- 15.1.7. Deverá possuir receptor GPS (interno) para ajuste do clock e permitir o ajuste automático do relógio para correção de eventuais desvios de tempo.
- 15.1.8. Deverá suportar a entrada de dados externos via interface serial RS-232, via caracteres ASCII e permitir o armazenamento, em *buffer*, da mensagem encaminhada pelo *datalogger*, até sua janela de transmissão que poderá ser temporizada ou aleatória.
- 15.1.9. Deverá possuir memória não volátil para armazenamento de configuração.
- 15.1.10. Deverá permitir o autodiagnóstico com geração de relatório de falha.
- 15.1.11. Deverá possuir o certificado para o modelo ofertado pela NESDIS, disponível em <http://www.nesdis.noaa.gov/>.
- 15.1.12. Deverá ser certificado pela Anatel.
- 15.1.13. Deverá permitir consultar e transmitir os seguintes parâmetros: tensão da bateria no momento da transmissão, latitude/longitude, potência do sinal transmitido e potência do sinal refletido.
- 15.1.14. Deverá permitir a operação com os *dataloggers* que compõem a atual rede de EMS do Censipam: modelo QML-101 e QML-201 da fabricante Vaisala. A operação deverá consistir na integração por comunicação serial via RS-232 para envio e recebimento de comandos de no mínimo, o envio dos dados coletados para transmissão e ajuste de data/hora do *datalogger*.
- 15.1.15. A contratada deverá fornecer todos os acessórios necessários para a perfeita vedação e fixação do modem externo nos abrigos das atuais EMS do Censipam. Em razão das limitações de acondicionamento destes abrigos, os equipamentos de dimensões superiores a 15 x 11 x 3cm devem ser fornecidos com o respectivo abrigo extra, assim como todos os acessórios (cabos, conectores, suportes, etc) necessários para sua devida integração, incluindo o diagrama de interligação/conexão.
- 15.1.16. Deverá possuir alimentação de 12V DC.
- 15.1.17. Deverá acompanhar todos os acessórios (cabos de alimentação e de comunicação, conectores, suportes, etc) necessários para sua perfeita instalação e funcionamento.
- 15.1.18. Manual de programação e interface com o modem externo, em português ou inglês.
- 15.1.19. **ANTENA DIRECIONAL**
- 15.1.20. A antena a ser utilizada para a transmissão dos dados por meio do sistema GOES deverá atender as seguintes especificações mínimas:
- 15.1.21. Antena para o modem GOES do tipo Yagi compatível com as especificações descritas no documento “GOES Data Collection Platform Radio Set (DCPRS) CERTIFICATION STANDARDS at 300 bps and 1200 bps” disponível em: http://www.noaasis.noaa.gov/DCS/docs/DCPR_CS2_final_June09.pdf
- 15.1.22. A antena Direcional deverá ser do tipo Yagi, resistente ao tempo e com ganho entre 10 e 11 db.
- 15.1.23. Deverá acompanhar cabo para conexão entre a antena Direcional e o modem externo com conector compatível com o modem externo GOES a ser fornecido, reforçado com capa termo retrátil ou similar para evitar que o mesmo se solte causando problemas de interferência ou interrupção nas transmissões.
- 15.1.24. O cabo de conexão da antena deverá ser do tipo RG-213 de 50 ohms, robusto, blindado, possuir proteção contra radiação U.V. e ter comprimento mínimo de 3 (três) metros.
- 15.1.25. A base da antena deverá vir com marcador físico (em alto ou baixo relevo) do grau da elevação de 0 a 90 graus, com marcas de no mínimo 5 em 5 graus e algarismos de 10 em 10 graus.
- 15.1.26. Cada antena deverá ser acompanhada de comprovante contendo o número de série.
- 15.1.27. A antena deverá apresentar potência de sinal transmitido acima de 40. Este valor será verificado no campo SIGNAL, disponível em: <https://dcs1.noaa.gov/Account/FieldTes>, quando acessado o ID GOES configurado na EMS.
- 15.1.28. A contratada deverá fornecer todos os acessórios necessários para a perfeita fixação da antena nas atuais torres instaladas objetivando melhor acoplamento da antena. Vide fotos a seguir.
- 15.2. **ANTENA GPS**
- 15.2.1. As antenas utilizadas para a recepção dos dados GPS, visando o ajuste da data e hora do modem GOES deverão possuir as seguintes especificações mínimas:
- 15.2.1.1. Deverá ser do tipo “outdoor”, resistente ao tempo, com invólucro robustecido e com conector na base inferior, compatível com o modem GOES a ser fornecido.
- 15.2.1.2. Ganho mínimo: 27db
- 15.2.1.3. Impedância de saída: 50Q
- 15.2.1.4. Grau de proteção mínimo: IP66
- 15.2.1.5. Faixa mínima de temperatura de operação: -10 °C à 80 °C
- 15.2.1.6. Para cada antena GPS deverá ser fornecido um cabo robusto do tipo RG-58, com proteção contra radiação U.V. e comprimento de 3 (três) metros, com conector compatível com o modem GOES a ser fornecido.
- 15.2.1.7. As conexões nos conectores do cabo da antena GPS deverão ser reforçadas com capa termo retrátil ou similar para evitar que os conectores se soltem, causando problemas de interferência ou interrupção nas comunicações.
- 15.2.1.8. A contratada deverá fornecer todos os acessórios necessários para a perfeita fixação da antena GPS nas atuais torres instaladas. Vide fotos a seguir.



Figura 1 - Fotografias das Torres Instaladas / EMS

16. LOCAIS DE ENTREGA

16.1. Locais de entrega, quando aplicáveis

16.1.1. Todos os equipamentos, acessórios e componentes constantes da solução(tabela 1) e suas quantidades, devem ser entregues em até 60(sessenta) dias corridos da data de emissão da OFBS conforme endereço contido na tabela a seguir, devendo serem entregues com toda a sua documentação exigidas neste Termo de Referência.

Tabela 2 - Endereço de entrega dos equipamentos.

Unidade	Endereço	Cidade	UF
Centro de Coordenação Geral - CCG	SPO, Área 5, quadra 3, bloco K, CEP: 70610-200.	Brasília	DF
Centro Regional de Manaus - CR-MN	Avenida do Turismo, 1350, Tarumã, CEP: 69041 – 010.	Manaus	AM
Centro Regional de Belém - CR-BE	Avenida Júlio Cesar, 7060, Bairro: Val-de-Cães, CEP: 66617-420.	Belém	PA
Centro Regional de Porto Velho - CR-PV	Av. Lauro Sodré, 6500 Aeroporto, CEP: 76803-260.	Porto Velho	RO

Tabela 3 - Quantidade estimada por localidade

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	CCG	CR-PV	CR-MN	CR-BE	QTDE TOTAL
ÚNICO	1	Modem Externo	474911	Und.	03	09	15	13	40
	2	Antena Direcional	604305	Und.	03	09	15	13	40
	3	Antena GPS	604239	Und.	03	09	15	13	40

17. REQUISITOS DE GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS

17.1. A CONTRATADA deverá fornecer garantia contratual dos equipamentos e acessórios por 60(sessenta) meses a contar da data do recebimento definitivo dos produtos.

17.2. A manutenção deverá ser sob demanda, quando do surgimento de problemas técnicos, mediante abertura de chamados técnicos em garantia.

17.3. Durante o período de vigência da garantia técnica todos os serviços (reparos, substituições, atendimentos, etc.) deverão ser prestados sem qualquer custo adicional à CONTRATANTE.

17.4. A assistência técnica para manutenção em garantia deverá está disponível de segunda-feira a sexta-feira em horário comercial, exceto nos feriados.

17.5. A garantia técnica aqui descrita deverá ser prestadas diretamente pela CONTRATADA e/ou assistência técnica autorizada e/ou pelos fabricantes dos produtos. A garantia técnica deverá abranger a manutenção corretiva com a cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, contemplando a substituição de peças, partes, componentes e acessórios, sem representar qualquer ônus para a CONTRATANTE.

17.6. Não havendo entrega do equipamento para manutenção em até 90(noventa) dias corridos, a Contratada deverá disponibilizar um novo equipamento igual ou superior e de primeiro uso.

17.7. O descumprimento das disposições mencionadas acima, ou qualquer outra disposição deste Termo de Referência, poderá sujeitar a CONTRATADA as sanções administrativas estabelecidas neste instrumento.

APOLÔNIO INÁCIO DE OLIVEIRA

Integrante Requisitante

Portaria DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD nº 632, de 31 de janeiro de 2023(6039535)

ZENO RODRIGUES VIANA FILHO
Integrante Técnico
Portaria DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD nº 632, de 31 de janeiro de 2023(6039535)

De acordo,

FRANCISCO ENEDELSON PASSOS DA MACENO
Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação

APÊNDICE II - MODELO DE PROPOSTA



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA
AMAZÔNIA

Empresa: _____
Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: _____
CNPJ: _____

Ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM
Ministério da Defesa

1. **OBJETO:**
1.1. Fornecimento de Modems, antenas, seus acessórios para transmissão via satélite GOES com vistas a realizar a telemetria de dados coletados pelas Estações Meteorológicas de Superfície - EMS do Censipam, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

2. **PREÇO:**

Tabela 1 — Solução de Transmissão para Estações Meteorológicas de Superfície

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTDE TOTAL
ÚNICO	1	Modem Externo	474911	Und.	40
	2	Antena Direcional	604305	Und.	40
	3	Antena GPS	604239	Und.	40

3. **REQUISITOS TÉCNICOS**
3.1. <Obrigatoriamente o proponente deverá descrever todos os requisitos dos produtos conforme orientação e exigências previstas no Termo de Referência>

4. **REQUISITOS DE GARANTIA**
4.1. <Obrigatoriamente o proponente deverá descrever todos os requisitos de garantia conforme orientação e exigências previstas no Termo de Referência>

LOCAL E DATA
VALIDADE DA PROPOSTA:

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

APÊNDICE III - MODELO APRESENTAÇÃO PREPOSTO

**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL

_____, _____
(local) (data: xx/xx/xxxx)

Ao

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

Comissão Permanente de Licitação

Processo de Licitação Nº _____

Prezado(a) Senhor(a),

Eu, , CPF/Passaporte nº , em conformidade com os termos do Processo de Licitação mencionado, reconheço o/a Sr./Sra. , como nosso/a representante legal, identificado/a pelo documento de identificação Nº , a quem atribuímos os mais amplos poderes, inclusive a interposição de recursos, quando aplicável, bem como comprometer, desistir, assinar documentos e atas e realizar todos os outros atos nesta Licitação.

Declaro também o pleno conhecimento de todos os aspectos relativos a este Processo de Licitação.

Encontra-se, em anexo, cópia de meu documento de identidade/passaporte válido.

Nome completo da Autoridade que assina
Identificação do LICITANTE

CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ
dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

>>>> Favor apresentar um documento de identidade ou Passaporte original válido do Representante Legal junto com este documento <<<<

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.

APÊNDICE IV - MODELO DO FORMULÁRIO DE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SUPER.GOV.BR

**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SISTEMA ÚNICO DE PROCESSO EM REDE - SUPER.GOV.BR-MD

Nome completo e sem abreviaturas:	
Registro Geral (Identidade):	Órgão Expedidor:
CPF:	Telefones com DDD: ()
Endereço eletrônico (e-mail):	

1. DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

1.1. Declaro aceitar os termos e condições que regem o processo eletrônico, previstos no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha) e tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

1.2. Declaro, ainda, que são de minha exclusiva responsabilidade:

- I. O sigilo da senha de acesso, não sendo oponente, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;
- II. A conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de usuário externo - SEI/MD e os constantes dos documentos particulares apresentados, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e a anexação dos documentos essenciais e complementares;
- III. A conservação dos originais em papel de documentos digitalizados, enviados por meio convencional, até que decaia o direito da Administração Pública de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados ao Censipam para qualquer tipo de conferência;
- IV. A assinatura, por meio eletrônico, dos documentos disponibilizados pelo sistema, sempre que solicitado;
- V. A realização por meio eletrônico dos atos e comunicações processuais, além da apresentada na alínea IV, de acompanhar o trâmite do processo, receber ofícios e notificações e acompanhar no sítio eletrônico do Ministério da Defesa, na internet, as informações referentes ao SEI.
- VI. A observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI-MD, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília/DF, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo.
- VII. A consulta periódica ao SEI-MD, a fim de verificar o recebimento de intimações, considerando-se realizadas na data em que efetuar sua consulta no sistema;
- IX. As condições de minha rede de comunicação, o acesso ao provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas; e
- X. A observância dos períodos de manutenção programada, ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

1.3. Para que este cadastro seja aprovado, devo apresentar ao Censipam, juntamente com o presente Termo assinado, as cópias dos seguintes documentos:

- Comprovante de Residência.
- Registro Geral (Identidade).
- CPF.
- Última alteração contratual e/ou procuração com poderes legais de representação registrada em cartório.

1.4. Tenho ciência que, sendo declarado vencedor do certame licitatório, deverei realizar o cadastro eletrônico de usuário externo no site do SUPER.GOV.BR-MD, antes do momento da assinatura do Contrato e aguardar a aprovação do cadastro.

Brasília, ____ de ____ de ____.

Nome Legível
Assinatura conforme documento com foto Apresentado

APÊNDICE V - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E DO TERMO DE CIÊNCIA

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO
(MODELO)

O CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA – Censipam, vinculado ao Ministério da Defesa, Tecnologia e Inovação – MCTI, com Inscrição no CNPJ/MJ sob nº 07.129.796/00001-26, com sede no Setor Policial, Área Especial 5, Quadra 3, Bloco “K”, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-200, doravante denominado Contratante, e, de outro lado, a , sediada em , CNPJ nº , doravante denominada Contratada; CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a Contratada poderá ter acesso a informações sigilosas do Contratante; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da Contratante; Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela Contratada, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela Contratante, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: Contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da Contratante e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a Contratada venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I- Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da Contratada;

II- Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III- Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A Contratada se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da Contratante.

Parágrafo Segundo – A Contratada compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I- A Contratada deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à Contratante dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A Contratada obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da Contratante, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por Escrito pela Contratante.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I- Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A Contratada obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à Contratada, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A Contratada, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I- Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II- Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III- Comunicar à Contratante, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV Identificar as pessoas que, em nome da Contratada, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a Contratada teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a Contratada, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela Contratante, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas. Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a Contratada manifesta sua concordância no sentido de que:

- I. A Contratante terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da Contratada;
- II. A Contratada deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela Contratante, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.
- III. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV. Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a Contratada não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a Contratada, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;
- VIII. Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

A Contratante elege o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, onde está localizada a sede da Contratante, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Brasília, ____ de _____ de 2019.

De Acordo

Pela Contratante:

Pela Contratada:

TESTEMUNHAS

NOME: _____ CPF: _____
NOME: _____ CPF: _____

TERMO DE CIÊNCIA
(MODELO)

Contrato N°:

Objeto:

Contratante:

Gestor do Contrato: Matrícula:

Contratada: CNPJ:

Preposto da Contratada: CPF:

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e Conhecer o teor o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes no Censipam.

Brasília, ____ de _____ de 2019.

Ciência

Contratada

Funcionários

NOME: _____ Matrícula: _____

NOME: _____ Matrícula: _____

APÊNDICE VI - MODELO TERMO ENCERRAMENTO CONTRATUAL

**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

TERMO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL**Identificação**

Contrato Número:	
Objeto:	
Contratante:	
CNPJ:	
Contratada:	
CNPJ:	

Termos

1. Por este instrumento, as partes acima identificadas resolvem registrar o encerramento do Contrato em epígrafe, e ressaltar o que segue:

- I - O presente Contrato está sendo encerrado por motivo de: .
- II - As partes concedem- se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste Contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte, exceto as relacionadas no inciso a seguir.
- III - Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização, mesmo após o encerramento do vínculo contratual:
 - a) As obrigações relacionadas a processos iniciados e/ou vigentes de penalização contratual;
 - b) A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos entregues ou prestados;
 - c) O comprometimento firmado no Termo de Compromisso;
 - d) O comprometimento firmado na Declaração de Sigilo
 - e) ...
 - f) . Outras pendências caso existam.

2. Reiteram as partes que o foro da dirimir qualquer conflito decorrente do Contrato em epígrafe será o de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

3. E assim tendo lido e concordado com todos seus termos, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias iguais, para que surta seus efeitos jurídicos.

De acordo

Brasília-DF, _____ de _____ de 20____.	
Autoridade da Área Administrativa	Representante Legal
_____	_____
Matrícula:	
Contratante	Contratada

APÊNDICE VII - TERMO DE CONHECIMENTO DE CONDIÇÕES E PECULIARIDADES



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES

A empresa <nome da empresa>, inscrita no CNPJ/MF sob o nº <CNPJ da empresa>, situada <endereço completo da empresa>, por intermédio de seu Representante Legal, o(a) Sr.(a) <nome do representante>, portador(a) do CPF/Passaporte nº <CPF ou Passaporte do representante>, declara, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza de fornecimento da solução prevista no Edital nº ____/2022, que aceita e se submete de forma integral às condições e exigências nele contidas, bem como à legislação pertinente ao assunto, assumindo total responsabilidade por esse fato e informa que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com o Censipam.

Brasília-DF, ____ de _____ de ____.

Nome e assinatura do representante da empresa

Nome da empresa

CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ

dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.

APÊNDICE VIII - DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Declaramos, em atendimento ao previsto no Edital nº ____/____, que a Empresa <nome da empresa>, CNPJ <CNPJ da empresa>, por intermédio de seu Representante Legal, Sr(a) <nome do representante>, CPF/Passaporte nº <CPF ou Passaporte do representante>, compareceu perante o representante da Coordenação Geral de Sensores e Inovação (CGSIN), e visitou os Edifícios do Centro de Coordenação Geral e do Centro Regional de Belém do Censipam nos endereços conforme tabela contida no Termo de Referência, quando conheceu a infraestrutura da Estação Meteorológica de Superfície, para atender as condições técnicas exigidas para fornecimento dos equipamentos e acessórios contido no EDITAL, esclarecendo todas as dúvidas, junto a CGSIN, sobre o objeto desta licitação, dando-se por satisfeita com as informações obtidas e considerando-se plenamente capacitada a elaborar a proposta de preços.

Brasília-DF, ____ de _____ de ____.

Coordenador da CGSIN

Nome e assinatura do representante da empresa

Nome da empresa

CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ

dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.

APÊNDICE IX - MODELO DE OFBS



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

ORDEM DE FORNECIMENTO DOS PRODUTOS SOLICITADOS

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO CONTRATO/NE:	ORDEM Nº
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	ARP Nº
GESTOR DO CONTRATO	
FORNECEDOR	
REQUISITANTE	

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

Autorizamos o fornecimento dos produtos abaixo discriminados mediante condições constantes do Contrato referido:

ID	PRODUTO	UNID	QTD	PREÇOS
TOTAL				R\$ 0,00

INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

<inserir aqui instruções complementares para *fornecimento dos produtos além de outras informações relevantes tais como: locais de entrega, regras, procedimentos, etc*>

CRONOGRAMA PREVISTO

<descrever o cronograma previsto de execução da Ordem de fornecimento dos produtos solicitados. Deve ser descrito os prazos de início e fim planejados para cada tarefa relevante elencada. Deve-se tomar por base o cronograma previsto de execução do Termo de Referência>

Id	Tarefa	Execução	
1		Início	Fim
2			
3			
...			

Cronograma previsto de execução

DOCUMENTOS ENTREGUES

<Descrever os documentos a serem entregues e anexo ao relatório de execução desta Ordem de fornecimento de produtos para subsidiar a execução do Contrato.

ANEXO I – _____
ANEXO II – _____
ANEXO III – _____
ANEXO IV – _____

DATAS E PRAZOS

Data Prevista para Entrega
dos fornecimento dos produtos

_____ de _____ de 20____

Prazo Total do
Contrato
(com a Garantia)

_____ (_____) meses

Previsão de datas

CIÊNCIA

Contratante

Área/Fiscal Requisitante da Solução

Matricula:

Contratada
Preposto

Gestor do Contrato

Matricula:

APÊNDICE X - MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

1 - Identificação

OFBS nº	Data do recebimento:
Dados do Contrato	
Contrato/NE nº	Processo NUP:
Contratada:	CNPJ:
Representante da Contratada:	
Objeto contratual:	

2 - Equipe de Fiscalização do recebimento provisório.

Gestor	
Fiscal Técnico:	
Fiscal Requisitante:	
Fiscal Administrativo:	
Nº do Portaria e Boletim da publicação da equipe:	

3 - Referências contratuais.

4 - Itens recebidos provisoriamente.

5 - Relatório de análise do recebimento provisório.

Com aprovação total ou parcial, observações e relato das inconsistências

6 - Signatários do Termo de Recebimento Provisório.

O Gestor do Contrato e o Fiscal Técnico do Contrato atestam que foi recebido provisoriamente, com/sem pendências, o material contido na tabela 1 em conformidade com o objeto do referido Contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo dos bens ocorrerá em até XX dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência / Termo de Referência do Contrato acima identificado.

Ratificamos por meio deste Termo de Recebimento Provisório a plena concordância com seu conteúdo e, para tanto, o subscrevemos:

Brasília, de de 202x.

Gestor do Contrato

Matrícula:

Fiscal Técnico do Contrato

Matrícula:

APÊNDICE XI - MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

1 - Identificação

OFBS nº	Data do recebimento:
Dados do Contrato	
Contrato/NE nº	Processo NUP:
Contratada:	CNPJ:
Representante da contratada:	
Objeto contratual:	

2 - Equipe de fiscalização de recebimento definitivo.

Gestor:	
Fiscal Técnico:	
Fiscal Requisitante:	
Fiscal Administrativo:	
Nº do Portaria e Boletim da publicação da equipe:	

3 - Referências contratuais.

4 - Itens recebidos definitivamente.

5 - Relatório de análise do recebimento definitivo.

Com aprovação total ou parcial, observações e relato das inconsistências.


6 - Signatários do Termo de Recebimento Definitivo.

O Gestor e o Fiscal Técnico do Contrato atestam que foi recebido definitivamente, com/sem pendências, o material em conformidade com o objeto do referido Contrato.


Ratificamos por meio deste Termo de Recebimento Definitivo a plena concordância com seu conteúdo e, para tanto, o subscrevemos:

Brasília, de de 202x.


Gestor do Contrato	Fiscal Técnico do Contrato
Matrícula:	Matrícula:




Documento assinado eletronicamente por **Francisco Enedelson Passos da Maceno, Diretor(a) Substituto(a)**, em 28/12/2023, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Nina Mercia Lima Santos, Assessor(a)**, em 28/12/2023, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Zeno Rodrigues Viana Filho, Assessor(a)**, em 28/12/2023, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Apolônio Inácio de Oliveira Junior, Analista em Ciência e Tecnologia**, em 28/12/2023, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador de Despesas**, em 28/12/2023, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **6809560** e o código CRC **61E4DA1D**.